Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 18 de julho de 2025

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 50ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 50ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 50ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Travessia Securitizadora S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), em segunda convocação no dia 24 de julho de 2025, às 09:45hs, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com, man@vortx.com.br, rzf@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

São Paulo, 16 de julho de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 91ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 91ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 91ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Travessia Securitizadora S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), em segunda convocação no dia 24 de julho de 2025, às 10:00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com, man@vortx.com.br, rzf@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

São Paulo, 16 de julho de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2 ª SÉRIES DA 14ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 14ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 14ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Travessia Securitizadora S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), em segunda convocação no dia 24 de julho de 2025, às 10:15hs de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com); e (ii) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com, man@vortx.com.br, rzf@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

São Paulo, 16 de julho de 2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

CYMA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S/A

CNPJ 26.713.568/0001-43 - NIRE 35300499042

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CYMA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S/A

Data, hora e local. Em 07 de julho de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 - parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000 ("Companhia"). **Convocação**. Dispensada a convocação ante a presença da totalidade dos acionistas detentores do direito de voto da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Presença.** Assembleia instalada em primeira convocação, ante a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas ao final e apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Cassio Mantelmacher**, sendo a mesma secretariada pelo Sr. **Miguel Maia Mickelberg**. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) Redução do capital social da Companhia R$ 7.626.015,00 (sete milhões e seiscentos e vinte e seis mil e quinze reais) por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social; e (ii) Autorizar os Diretores da Companhia a assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social da Companhia. **Deliberações**. Feitos os debates prévios e cumpridas todas as formalidades legais, foi colocada em votação os itens da Ordem do Dia, sendo adotada, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, as seguintes deliberações: (i) Tendo em vista o capital social da Companhia ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, as acionistas aprovam, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 7.626.015,00 (sete milhões e seiscentos e vinte e seis mil e quinze reais), passando o capital social **de** R$ 20.540.600,00 (vinte milhões e quinhentos e quarenta mil e seiscentos reais) **para** R$ 12.914.585,00 (doze milhões e novecentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais), dividido em 12.914.585 (doze milhões e novecentas e quatorze mil e quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante o cancelamento de 7.626.015 (sete milhões e seiscentas e vinte e seis mil e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 5.719.511 (cinco milhões e setecentas e dezenove mil e quinhentas e onze) de ações de propriedade da acionista CYRELA BRAZIL REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e 1.906.504 (um milhão e novecentas e seis mil e quinhentas e quatro) de ações de propriedade da acionista MANTEL PARTICIPAÇÕES LTDA.. A restituição do valor correspondente às ações canceladas será efetuada por meio da entrega, às respectivas acionistas, de bens detidos pela Companhia, consistentes em ações ordinárias representativas do capital social da EEMOVEL SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES S.A, CNPJ nº. 21.519.937/0001-48. A transferência será efetuada da seguinte forma: A acionista CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES receberá 1.755.000 (um milhão e setecentas e cinquenta e cinco mil) ações de emissão da EEMOVEL SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES S.A, equivalentes à sua participação proporcional de 5.719.511 (cinco milhões e setecentas e dezenove mil e quinhentas e onze) ações canceladas; A acionista MANTEL PARTICIPAÇÕES LTDA. receberá 585.000 (quinhentas e oitenta e cinco mil) ações de emissão da EEMOVEL SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES S.A, equivalentes à sua participação proporcional de 1.906.504 (um milhão e novecentas e seis mil e quinhentas e quatro) ações canceladas. Em virtude da redução de capital social, o *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 6º - O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 12.914.585,00 (doze milhões e novecentos e quatorze mil e quinhentos e oitenta e cinco reais), dividido em 12.914.585 (doze milhões e novecentas e quatorze mil e quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (...)."* (ii) Os acionistas autorizam os administradores da Companhia a assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social ora deliberados e aprovados. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém mais se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro. **Assinaturas**: *Mesa*: Cassio Mantelmacher (presidente) e Miguel Maia Mickelberg (secretário). *Acionistas*: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, por seu Diretor Miguel Maia Mickelberg e por sua procuradora Sigrid Amantino Barcelos, e Mantel Participações Ltda., neste ato representada por seu Administrador Cassio Mantelmacher; A presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. **ASSINATURA ELETRÔNICA:** As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do presente instrumento e seus termos, nos moldes do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de plataformas eletrônicas, bem como expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das partes signatárias deste instrumento por meio de suas respectivas assinaturas por meio de quaisquer meios eletrônicos validos emitidos ou não pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.220-2"), e ainda com a devida aprovação do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), conforme sua Instrução Normativa nº 75, de 2020, incorporada ao texto da Instrução Normativa nº 81, de 2020. São Paulo, 07 de julho de 2025. Mesa: **Cassio Mantelmacher -** Presidente, **Miguel Maia Mickelberg -** Secretário. Acionistas: **CYRELA BRAZIL REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES,** Miguel Maia Mickelberg - Diretor, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora, **MANTEL PARTICIPAÇÕES LTDA.** Cassio Mantelmacher - Administrador.

CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 11.196.718/0001-11 - NIRE 35.300.372.603

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2025

1. Data, Hora e Local da Reunião: Realizada aos 27/06/2025, às 09h00min., na sede social da **Cerradinho Participações S.A.**, localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 110, 7º andar, conjuntos 71 e 72, Condomínio Edifício J. K. Tower, Itaim Bibi, CEP 04542-000 ("**Cia.**"). **2. Convocação e Presenças:** Face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 15, §2º do Estatuto Social da Cia. e, instalada em 1ª convocação com a presença da totalidade dos seus membros em exercício, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social consolidado da Cia.. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Sanches Fernandes e secretariados pela Sra. Marina Penariol Promencia Canossa. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PWC – Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária da Cia.. **5. Deliberações:** Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, pela aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PWC – Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária da Cia.. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente – Luciano Sanches Fernandes e pela Secretária – Marina Penariol Promencia Canossa. Conselheiros Presentes: Luciano Sanches Fernandes; Andréa Sanches Fernandes; Silmara Sanches Fernandes; Tulio Soubhia Ribeiro; e Eduardo Bunker Gentil. Essa é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, assinada pelo Presidente e pela Secretária, a ser registrada na JUCESP. São Paulo, 27/06/2025. **Jucesp** nº 225.861/25-2 em sessão de 14/07/2025. Alizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

BULLA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(em constituição) - CNPJ nº 58.513.168/0001-80 - NIRE 35.300.653.785

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 19 de fevereiro de 2024, às 11h00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo n°1.350, 12º andar, Salas 121 a 126, Água Branca, CEP 05001-100, sede social do Bullla Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Balan, e secretariados pelo Sr. Flávio Silva de Guimarães Souto. **4. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** a destituição da **Sra. Vanda Maria Balieiro Fontoura Leite de Barros**, brasileira, casada economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 06.106.473-9 IFP RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 014.198.047-82, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sambaiba, n° 303/201, Leblon, CEP 22450-140, do cargo de Diretora sem designação específica; e **(ii)** a eleição do **Sr. Mauro Américo de Carvalho Gomide**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.850.060-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 305.611.568-08, com endereço comercial na sede da Companhia, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1,350, 12º andar, Salas 121 a 126, Água Branca, CEP 05001-100, para o cargo de Diretor Vice-Presidente. **5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros, por unanimidade e sem reservas, aprovaram: **(i)** destituir a Sra. Vanda Maria Balieiro Fontoura Leite de Barros, acima qualificada, do cargo de Diretora sem designação específica, ficando consignados votos de agradecimento e louvor pelos excelentes serviços prestados à Companhia. **(a)** A Sra. Vanda Maria Balieiro Fontoura Leite de Barros, acima qualificada, confere, pelo presente, a mais plena, geral, irrevogável, total, rasa, irrestrita, incondicional e completa quitação à Companhia, aos seus acionistas, em relação quaisquer reinvindicações, responsabilidades obrigações que possam ser relacionadas ao período do meu mandato e em decorrência do exercício do cargo de membro da Diretoria da Companhia. Ademais, reconhece nada ter a reclamar ou pleitear a tal respeito a qualquer título ou a qualquer tempo. **(ii)** Eleger, para um mandato unificado de 3 (três) anos, o Sr. Mauro Américo de Carvalho Gomide, acima qualificado, para o cargo de Diretor Vice-Presidente. **(a)** O Sr. Mauro Américo de Carvalho Gomide, acima qualificado, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foi condenado por qualquer crime, e não está sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O membro da Diretoria ora eleito será investido em seu respectivo cargo tão logo a eleição seja homologada pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura dos termos de posse lavrados no livro próprio quando da constituição efetiva da Companhia. **6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após a reabertura da sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024. **Mesa: MARCELO BALAN** - Presidente, **FLÁVIO SILVA DE GUIMARÃES SOUTO** - Secretário. **Conselheiros: MARCELO BALAN, JOÃO GERALDO MATTA DE ARAÚJO JUNIOR, FLÁVIO SILVA DE GUIMARÃES SOUTO. Diretor eleito: MAURO AMÉRICO DE CARVALHO GOMIDE.** JUCESP nº 51.448/25-7 em 10/02/2025.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35300554035

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA DA 2ª (SEGUNDA) E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("EMISSORA").

Ficam convocados os Srs. titulares da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 07 de agosto de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a Conta Centralizadora da Emissão passar a ser chamada de Conta de Conciliação e inclusão de nova Conta Centralizadora e a consequente alteração da Cláusula Terceira da Escritura de Emissão para incluir (a) os dados bancários da nova Conta centralizadora; e (b) a inclusão e definição da Conta de Conciliação. Todos os valores referentes a recebimentos conciliados com pagamentos dos Direitos Creditórios, atuais e futuros, depositados em conta corrente, serão transferidos para a Conta de Conciliação; (ii) aprovar ou não a abertura de conta no Banco do Brasil para ser utilizada para recebimentos de eventuais depósitos judiciais, e caso aprovado, consequente inclusão e definição da Conta de Depósitos Judiciais na Escritura de Emissão, de forma a facilitar a conciliação dos respectivos valores, que serão enviados para a Conta Centralizadora para seguir a Ordem de Alocação de Recursos. (iii) aprovar ou não a contratação dos seguintes prestadores de serviço no âmbito da Emissão, com o consequente pagamento das despesas adicionais relacionadas às referidas contratações pelo Patrimônio Separado da Emissão, quais sejam, (a) E-xyon; 12.977.432/0001-36, Gestão de Processos Judiciais; (b) Serasa, CNPJ nº 62.173.620/0001-80, para Cobrança e Negativação de Clientes Inadimplentes; (c) Boa vista, CNPJ nº 11.725.176/0005-50 para Cobrança e Negativação de Clientes Inadimplentes. (d) Instituto de Protestos, CNPJ nº 45.876.117/0001-71, para Protesto no processo de Cobrança; e (e) S&P Global Rating Brasil, CNPJ nº 02.295.585/0001-40, Rating das Séries da Debêntures, conforme tabela consolidada de prestadores de serviço da Emissão no Anexo I do Material de Apoio deste Edital de Convocação. (iv) aprovar ou não a dispensa para a contratação do Agente Administrativo para efetuar a Verificação do Lastro de acordo com a Cláusula 3.15.3.1, uma vez que referida verificação será realizada pela Emissora após o recebimento de toda documentação necessária a ser enviada pela Omni. (v) aprovar ou não a inclusão do seguinte fator de risco referente à boletagem da operação estar sendo realizada operacionalmente pela Omni, como Agente de Cobrança da Emissão, na Conta Centralizadora: "Risco de Execução de Boletagem por Terceiros: A estrutura operacional da Emissão envolve a realização da boletagem bancária pelo Agente de Cobrança. Eventuais falhas operacionais, técnicas, de implementação ou falha na prestação desse serviço pelo Agente de Cobrança, podem ocasionar em perda de parte substancial do investimento por parte dos Debenturistas" (vi) aprovar ou não alteração do Anexo I da Escritura de Emissão, para alteração da definição de "Índice de Recompra" constante do item 98, que passará a viger conforme o Anexo II do Material de Apoio deste Edital de Convocação; (vii) aprovar ou não alteração do Anexo III da Escritura de Emissão, para alteração da regra de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), que passará a viger conforme o Anexo III do Material de Apoio deste Edital de Convocação; (viii) caso aprovadas as deliberações acima, aprovação ou não para a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarem o Quarto Aditamento à Escritura de Emissão, além de tomar todas as providências necessárias para efetivação das demais ordem do dia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com; juridico@grupotravessia.com; e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via Docusign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes

PRO INOVAÇÃO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF 23.050.994/0001-56 - NIRE 35.300.488.555

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Maio de 2025

Data, Hora e Local: Em 22/05/2025, às 17h, na sede social da **Pro Inovação Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), com sede no Município de Santana de Parnaíba, SP, Av. Constran, 132, Parte, Vila Industrial, CEP 06516-300. **Presença:** Presente o acionista representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **Fundo de Investimento em Participações Prosperidade Multiestratégia**, CNPJ nº 23.109.725/0001-18, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ nº 59.281.253/0001-23, com sede na Praia de Botafogo, 501, Torre Corcovado, 5º andar, Parte, Botafogo, RJ, RJ, CEP 22250-040, doravante designado "**FUNDO**". **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença do acionista representante da totalidade do capital social da Sociedade titular de 100% das ações da sociedade. **Mesa:** Presidente: **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel**; Secretário: **Humberto Jorge Coelho de Gouvea. Ordem do Dia**: **a)** Redução de capital da Sociedade por ser excessivo em relação ao objeto social, e, em caso de aprovação, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e, **b)** Autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para cumprimento da deliberação acima, se aprovada. **Deliberações:** Assumindo os trabalhos a Sra. Presidente deu por instalada a Assembleia Geral, independente de outras formalidades, face ao atendimento pleno da Lei 6.404/76. Prosseguindo a Sra. Presidente distribuiu cópias da matéria constante na pauta do dia, a qual já era de conhecimento de todos os presentes, colocando-a em discussão e votação sendo aprovado pelo acionista: **Passando ao item "a" da ordem do dia:** (i) A fim de adequar o valor do capital social por ser excessivo em relação ao objeto social, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade no montante de R$ 23.000.000,00, ficando o capital social da Companhia reduzido conforme segue: **valor atual do capital social**: R$ 61.000.000,00; **valor da redução do capital social**: R$ 23.000.000,00; **novo valor do capital social**: R$ 38.000.000,00, com o consequente cancelamento de 23.000.000 de ações ordinárias; (ii) Em decorrência do ora deliberado, fica alterado o Artigo 5º do Estatuto Social em anexo, consolidado (**Anexo I**), que passa a ter a seguinte redação "***Artigo 5º** - O capital social da Sociedade é de R$ 38.000.000,00, dividido em 38.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas".* **Passando ao item "b" da ordem do dia:** o acionista da Companhia autoriza a sua diretoria a praticar todos os atos necessários para cumprimento da deliberação acima, bem como aprova o novo Estatuto Social cuja minuta segue em **Anexo I**, e o Quadro de Acionistas, **Anexo II** à presente Ata. Assinam: **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel**, Presidente da Mesa e, **Humberto Jorge Coelho de Gouvea**, Secretário da Mesa; **Presentes: Fundo de Investimento em Participações Prosperidade Multiestrategia**, *por seus procuradores*. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. - Confere com o original lavrado no livro próprio. **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel** - Presidente da Mesa; **Humberto Jorge Coelho de Gouvea** - Secretário da Mesa. **Visto do Advogado: Marly Duarte Penna Lima Rodrigues** - OAB/SP nº 148.712-3. **Estatuto Social** - **Capítulo I - Nome, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º -** A **Pro Inovação Empreendimentos S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Município de Santana de Parnaíba, SP, Av. Constran, 132, Parte, Vila Industrial, CEP 06516-300, podendo, por deliberação de sua Diretoria, abrir, manter, fechar e alterar o endereço de filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, em quaisquer ramos de negócios, no Brasil e no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O capital social da Sociedade é de R$ 38.000.000,00, dividido em 38.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas. **§1º -** O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **§2º -** Os acionistas terão preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 dias, exceto se estipulado de forma diferente em Acordo de Acionistas. **Capítulo III - Órgãos Permanentes da Companhia - Artigo 6º** - São órgãos permanentes da Companhia: **(i)** a Assembleia Geral; e **(ii)** a Diretoria. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 7º -** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **§1º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **§2º -** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor, na forma da lei. As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§3º -** Independemente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 8º**- Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas que estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **§ Único** - O acionista poderá fazer representar-se nas Assembleias Gerais por procurador, respeitadas as disposições da lei. **Artigo 9º** - Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário, os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 10 -** A Assembleia Geral terá a competência estabelecida em lei e todas as suas deliberações serão tomadas pela maioria das ações com direito a voto, exceto se de outra forma previsto em lei. **Artigo 11** - O eventual exercício, por qualquer dos acionistas, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas em acordos de acionistas registrados pela Companhia obrigará o presidente da Assembleia Geral a não computar o voto proferido pelo acionista com infração ao disposto no seu respectivo acordo de acionista. **Capítulo V - Administração da Companhia - Artigo 12 -** A Companhia será gerida e administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. A remuneração global e individual da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **Seção I - Diretoria - Artigo 13 -** A Diretoria será composta por 3 diretores, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **§1º -** O prazo de mandato da Diretoria é de 3 anos, sendo assegurado aos acionistas, a qualquer tempo, o direito de substituir ou destituir os Diretores. **§2º -** Os Diretores disporão dos poderes necessários e convenientes para conduzir a gestão dos negócios e assuntos da Companhia, na forma da Lei e do presente Estatuto Social. **§3º -** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Artigo 14 -** Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato. **Artigo 15 -** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, devendo ser fielmente observadas as deliberações e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social. **§1º -** A Diretoria se reunirá sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 dias, por escrito ou por qualquer meio de comprovação inequívoca, contendo o local, data e hora de realização da reunião, além da ordem do dia. **§2º -** O quórum para instalação das reuniões de Diretoria é a totalidade dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto unânime dos Diretores presentes à reunião. **Artigo 16 -** É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado pelo Diretor. **§ Único -** As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 ano. **Artigo 17 -** Ressalvando o disposto nos §§ 3º e 4º deste Artigo, a Companhia somente se obrigará validamente perante terceiros e apenas os exonerará de obrigações perante ela mediante a assinatura conjunta de 2 diretores, ou de um diretor com um procurador, ou de 2 procuradores. **§1º -** Ainda que subscritos na forma prevista no *caput* deste Artigo, serão inválidos e ineficazes perante a Companhia os atos praticados por qualquer diretor, procurador ou representante que não tenham obtido, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social, prévia autorização ou aprovação em Assembleia Geral para sua realização, ou que não obedeçam aos limites dos poderes de gestão estabelecidos por lei, por este estatuto e pelos mandatos outorgados pela Companhia. **§2º -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia devem, obrigatoriamente, ser assinados por 2 diretores, com precisa definição dos poderes conferidos aos mandatários. As Procurações, exceto as "*ad judicia*", deverão ser outorgadas por prazo determinado não excedente a 1 ano. **§3º -** Respeitadas as demais competências da Assembleia Geral e sua forma de aprovação, os acionistas, pelo voto representativo de mais de 85% do capital social, poderão autorizar a nomeação, em casos específicos, de procurador com poderes necessários para praticar, sozinho e em nome da Companhia, os atos para os quais tenha sido constituído, exaurindo-se o mandato com a realização do ato. As procurações "*ad judicia*" poderão conter cláusulas que permitam a autuação individual de cada um dos mandatários. **§4º -** Qualquer diretor isoladamente pode: (i) receber citações, intimações e notificações, prestar depoimento pessoal em nome da Companhia e constituir prepostos para atuação em Juízo; (ii) representar a Companhia perante os órgãos e repartições públicos e entidades autárquicas federais, estaduais e municipais, bem como sociedades concessionárias ou permissionárias de serviços públicos podendo para tanto subscrever requerimentos, apresentar e retirar documentos, acompanhar e ter vista de processos administrativos, tomar ciência de despachos ou decisões, cumprir exigências, apresentar impugnações, recursos e subscrever termos de responsabilidade; (iii) receber e dar quitação de quantia devida à Companhia paga através de cheque ou de outro título de crédito idôneo a ela nominativos; (iv) endossar cheques para depósito exclusivamente em conta corrente bancária ou em conta de investimentos bancários da Companhia; (v) emitir em nome da Companhia duplicatas mercantis; (vi) independente de ordem de nomeação perante o Serasa e demais órgãos similares, requerer certificado digital e assinar todos os documentos necessários para este fim. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 18** - O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e funcionará de forma não permanente, na forma da lei. **Artigo 19** - O mandato do Conselho Fiscal será de 1 ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 20** - Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Lucros - Artigo 21** - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 22** - Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais serão submetidas à auditoria a ser conduzida por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **§1º -** Poderão ser elaborados balanços especiais a qualquer tempo. Por proposta da Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços especiais, ou dos lucros acumulados, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das S.A. **§2º -** A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 23 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§1º -** Do lucro líquido do exercício serão deduzidos 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. **§2º -** Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o §1º deste Artigo e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. **Artigo 24** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII - Dissolução, Liquidação e Extinção - Artigo 25 -** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **§ Único** - O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral que elegerá também o liquidante. **Capítulo X - Disposições Gerais - Artigo 26** - Em caso de abertura do capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Artigo 27** - A Companhia disponibilizará aos acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. **Artigo 28** - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei das S.A. e legislação vigente aplicável. **Artigo 29** - Todas as controvérsias oriundas diretamente do presente Estatuto Social ou relativas à Companhia deverão ser submetidas à arbitragem, de caráter vinculante entre os acionistas. **§ Único** - Anteriormente à instauração do procedimento arbitral, os acionistas deverão se reunir para tentar resolver tais divergências, dentro do espírito de boa-fé que os inspira. **Artigo 30** - Caso tais divergências não sejam dirimidas pelos acionistas em até 30 dias contados da data da notificação escrita enviada por qualquer dos acionistas para a tentativa de conciliação, as controvérsias que porventura surgirem na interpretação ou aplicação deste Estatuto Social serão resolvidas por meio de arbitragem de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC"), observando-se que: (i) o idioma da arbitragem será o português; (ii) o local da arbitragem será a cidade de São Paulo, SP; (iii) a arbitragem será conduzida por 3 árbitros, sendo que um árbitro será nomeado pela parte que requerer a arbitragem quando da submissão do pedido de arbitragem e outro pela parte em face de quem a arbitragem for requerida quando da submissão da resposta ao pedido de arbitragem. Os 2 árbitros nomeados, de comum acordo e no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação a ser enviada pela CCBC, nomearão o terceiro árbitro, que irá atuar como presidente do Tribunal Arbitral. Findo o período de 10 dias, caso os árbitros nomeados pelas partes não cheguem a um acordo sobre a nomeação do terceiro árbitro, que deverá atuar como presidente, tal terceiro árbitro será nomeado pelo Presidente da CCBC. Quando houver múltiplas partes, como requerentes ou como requeridas, os múltiplos requerentes ou os múltiplos requeridos devem designar conjuntamente um árbitro; e (iv) a lei substantiva a ser aplicada ao mérito da arbitragem será a da República Federativa do Brasil. A lei substantiva da República Federativa do Brasil também deverá governar o compromisso de arbitragem estabelecido neste Artigo. **§1º -** As decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as partes para todos os efeitos, não estando sujeitas à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. **§2º -** A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem e decidirá qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre as partes. Em qualquer hipótese, cada parte arcará com os honorários contratualmente ajustados com seus respectivos patronos. **§3º -** As partes deverão manter sigilo sobre toda e qualquer informação referente à arbitragem. **§4º -** Sem prejuízo da validade do compromisso estabelecido neste artigo, as partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da cidade de SP, SP, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; e (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia ao compromisso estabelecido neste Artigo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. **Visto do Advogado: Marly Duarte Penna Lima Rodrigues -** OAB/SP nº 148.712-3.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ.MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15.04.2025

1. Data, Hora e local: Realizada em 15 de abril de 2025 às 9h00min, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 3º andar, Itaim Bibi, na cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04.538-132 (**"Companhia"**). **2. Mesa:** Cristiano Carvalho Brasil, Presidente; Nicolas de Castro, Secretário. **3. Presenças:** Os Conselheiros da Companhia indicados no item 6 da presente ata. **4. Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes: 5.1.** A unanimidade dos Conselheiros presentes deliberou e aprovou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como o parecer dos auditores independentes BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA., os quais serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia na forma da lei, bem como a proposta de destinação do lucro líquido deste exercício conforme quadro abaixo: **Lucro líquido do exercício de 2024** // **Valor (R$): 406.449.136,97 //** Prejuízos acumulados // **Valor (R$):** - //Ajuste custo atribuído investida // **Valor (R$):** - // **Lucro líquido após compensação de prejuízos e ajustes** // **Valor (R$): 406.449.136,97 //** Reserva Legal (5% sendo limitado a 20% do capital social) // **Valor (R$):** 20.322.456,84 // **Lucro líquido do exercício 2024 – Ajustado** // **Valor (R$):**386.126.680,12 // Dividendos mínimos obrigatórios (25%) // **Valor (R$):** 96.531.637,50 // Dividendos líquidos a distribuir (complementares) // **Valor (R$):** 289.595.042,62; **5.2.** Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral de Ordinária de Acionistas da Companhia, a remuneração global da Administração (incluindo Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2025, o valor global máximo de até R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). **5.3.** Autorizar a convocação de Assembleia Geral Ordinária nos prazos legais para aprovar as contas da Companhia, nos termos do artigo 142, inciso IV, da Lei 6.404/76, assim como a remuneração dos administradores nos termos do item 5.2 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os Conselheiros. *(Ass.:) Cristiano Carvalho Brasil, Presidente. Bruna Alcantara Perpetuo e Julio Cesar da Silva Julio, Conselheiros.* Confere com o original lavrado em livro próprio.São Paulo/SP, 15 de abril de 2025. Nicolas de Castro - Secretário e Advogado - OAB/PR 110.999; **JUCESP:** Certifico o registro sob o nº 1.127.897/25-1 em 25.04.25. Protocolo nº SPJ2500119519. Aloizio Epifanio Soares Junior, Secretário-Geral.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ.MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19.02.2025

1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2025, às 16h00min, realizada por meio de conferência telefônica, nos termos do Artigo 21, §1º do Estatuto Social da Rumo Malha Paulista S.A. (**"Companhia"**). **2. Mesa:** Sr. Cristiano Carvalho Brasil, como Presidente; Sr. Nicolas de Castro, como Secretário. **3. Presença:** A totalidade dos conselheiros da Companhia, indicados no item 6 da presente ata. **4. Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes: 5.1.** Em observância ao disposto no Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, eleger o Sr. **Valter Pedrosa Barretto Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 079.262.147-6 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 775.927.355-04, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 05.538-132 ao cargo de Diretor Jurídico, Compliance e Socioambiental. **5.1.1.** A Companhia informa que o Diretor ora eleito ***(i)*** é domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132; ***(ii)*** exercerá o mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme previsão do artigo 16, §2º do Estatuto Social; e ***(iii)*** toma posse em seu cargo nesta data, mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia, após declaração de que não é impedido por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observação às disposições do artigo 147 da lei nº 6.404/76. **5.1.2.** Em observância às deliberações acima, consignar que a Diretoria da Companhia, com mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, será composta pelos Srs. **Pedro Marcus Lira Palma**, como Diretor Presidente; **Guilherme Lelis Bernardo Machado** como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Cristiano Carvalho Brasil**, como Diretor de Operações e; **Valter Pedrosa Barretto Junior**, como Diretor Jurídico, Compliance e Socioambiental. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os Conselheiros. *(Ass.:) Cristiano Carvalho Brasil, como Presidente; Cristiano Carvalho Brasil, Bruna Alcantara Perpetuo e Julio Cesar da Silva Julio.* Certifico que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025. Nicolas de Castro - OAB/PR 110.999 - Secretário e Advogado; **JUCESP:** Certifico o registro em 10.03.2025 sob o nº 89.601/25-7. Protocolo 0.569.101/25-6. Aloizio E. Soares Junior, Secretário-Geral.

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19.02.2025

1. Data, hora e local: Realizada no dia 19 de fevereiro de 2025 às 17h30min, na sede social da Rumo Malha Central S.A. (**"Companhia"**), situada a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 3º andar, Conjunto 32, Sala 06, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132. **2. Mesa:** Cristiano Carvalho Brasil, como Presidente; Nicolas de Castro, como Secretário. **3. Presença:** Os conselheiros da Companhia indicados no item 6 da presente ata. **4. Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes: 5.1.** Consignar, nesta data, a renúncia do Sr. **Eudis Furtado Filho**, brasileiro, casado, economista, titular e portador da Cédula de Identidade RG nº 12.764.024 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 070.187.186-51, domiciliado profissionalmente na Rua Emílio Bertolini, nº 100, Vila Oficinas, Curitiba/PR, CEP 82.920-030, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração, a quem a Companhia agradece a dedicação despendida e os valiosos serviços prestados ao longo de seus mandatos. O Sr. Eudis permanece em seu cargo até dia 28 de fevereiro de 2025, quando sua renúncia terá efeitos. **5.2.** Em decorrência da vacância indicada no item 5.1 acima e nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976, aprovar a eleição do Sr. **Altamir Perottoni Junior**, brasileiro, casado, gerente executivo comercial, portador da cédula de identidade RG nº 469.288-6 SESP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.181.339-58, domiciliado profissionalmente na Rua Emilio Bertolini, nº 100, Bairro Cajuru, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.920-030, para as funções de Membro Titular do Conselho de Administração. **5.2.1.** A Companhia informa que o Conselheiro ora eleito (i) é domiciliado profissionalmente na Rua Emilio Bertolini, nº 100, Bairro Cajuru, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.920-030; (ii) exercerá o mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme previsão do artigo 16, §1º do Estatuto Social; e (iii) tomará posse em seu cargo a partir do dia 01 de março de 2025, mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia, após declaração de que não é impedido por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observação às disposições do artigo 147 da lei nº 6.404/76. **5.3.** Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, será composta pelos seguintes membros: Sr. Cristiano Carvalho Brasil, como Membro Titular e Presidente do Conselho de Administração, a Sra. **Bruna Alcantara Perpetuo**, como Membro Titular do Conselho de Administração, e o Sr. **Altamir Perottoni Junior**, como Membro Titular do Conselho de Administração. **5.4.** Nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, aprovar a eleição do Sr. **Valter Pedrosa Barretto Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 079.262.147-6 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 775.927.355-04, domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132, para as funções de Diretor Jurídico, Compliance e Socioambiental. **5.4.1.** A Companhia informa que o Diretor ora eleito ***(i)*** é domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132; ***(ii)*** exercerá o mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2025, conforme previsão do artigo 15, §2º do Estatuto Social; e ***(iii)*** toma posse em seu cargo nesta data, mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia, após declaração de que não é impedido por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observação às disposições do artigo 147 da lei nº 6.404/76. **5.5.** Em observância às deliberações acima, consignar que a Diretoria da Companhia, com mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2025, será composta pelos Srs. **Pedro Marcus Lira Palma**, como Diretor Presidente, **Guilherme Lelis Bernardo Machado**, como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, **Cristiano Carvalho Brasil**, como Diretor de Operações e **Valter Pedrosa Barretto Junior**, como Diretor Jurídico, Compliance e Socioambiental. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os Conselheiros. *(Ass.:) Cristiano Carvalho Brasil, como Presidente; Cristiano Carvalho Brasil e Bruna Alcantara Perpetuo.* Certifico que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025. Nicolas de Castro - OAB/PR 110.999 - Secretário e Advogado; **JUCESP:** Certifico o registro em 07.03.2025 sob o nº 88.266/25-4. Protocolo 0.569.112/25-7. Aloizio E. Soares Junior, Secretário-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/07/2025
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

ALTA MOGIANA · AGRO ·

ALTA MOGIANA AGRO S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	2
Aplicações financeiras	8	11.304	28.786
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.973	7.322
Impostos a recuperar		206	442
Outras contas a receber		1	-
Total do ativo circulante		**14.485**	**36.552**
Não Circulante			
Outros créditos	11	12.873	28.608
		12.873	28.608
Propriedades para investimento	12	392.774	159.459
Imobilizado	13	3.220	2.998
		395.994	162.457
Total do ativo não circulante		**408.867**	**191.065**
Total do ativo		**423.352**	**227.617**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		-	66
Salários e encargos sociais		18	8
Tributos a recolher		1	1
Imposto de renda e contribuição social a pagar		317	730
Dividendos propostos a pagar	16.d	5.905	5.239
Adiantamentos de clientes	9	10.019	32
Outras contas a pagar	14	2.858	1.507
Total do passivo circulante		**19.118**	**7.583**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.049	6.049
Total do passivo não circulante		**6.049**	**6.049**
Total do passivo		**25.167**	**13.632**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		282.383	122.383
Ajuste de avaliação patrimonial		10.420	10.420
Reservas de lucros		105.382	81.182
Total do patrimônio líquido		**398.185**	**213.985**
Total do passivo e patrimônio líquido		**423.352**	**227.617**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	17	**22.446**	**19.501**
Lucro bruto		**22.446**	**19.501**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(963)	(265)
Outras receitas operacionais, líquidas		290	18
		(673)	(247)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**21.773**	**19.254**
Despesas financeiras	18	(4)	(3)
Receitas financeiras	18	7.247	5.536
Resultado financeiro		7.243	5.533
Lucro antes dos impostos		**29.016**	**24.787**
Imposto de renda e Contribuição social Corrente	15	(4.150)	(2.728)
Lucro líquido do exercício		**24.866**	**22.059**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	19	**1,67**	**3,25**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.866	22.059
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	13	71	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	15	4.150	2.728
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas		4.349	550
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		236	(438)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante		15.734	(28.608)
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		(66)	66
Salários e encargos sociais		10	8
Tributos a recolher		-	(210)
Adiantamentos de clientes		9.987	14
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante		1.351	-
		60.688	**(3.831)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.563)	(2.496)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**56.125**	**(6.327)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	8	(204.443)	(24.615)
Resgate de aplicações financeiras	8	221.925	39.509
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	12	(233.315)	(5.568)
Aplicação de recursos em imobilizado	13	(293)	(2.998)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(216.126)**	**6.328**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de caixa por aumento de capital	16.a	160.000	-
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos		**160.000**	**-**
Redução (aumento) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(1)**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1**	**2**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023		**122.383**	**10.420**	**3.732**	**53.181**	**-**	**189.716**
Reversão de dividendos propostos	16.d	-	-	-	7.449	-	7.449
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.059	22.059
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.103	-	(1.103)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(5.239)	(5.239)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	15.717	(15.717)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**122.383**	**10.420**	**4.835**	**76.347**	**-**	**213.985**
Integralização de capital	16.a	160.000	-	-	-	-	160.000
Reversão de dividendos propostos	16.d	-	-	-	5.239	-	5.239
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.866	24.866
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.243	-	(1.243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(5.905)	(5.905)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	17.718	(17.718)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**282.383**	**10.420**	**6.078**	**99.304**	**-**	**398.185**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**24.866**	**22.059**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**24.866**	**22.059**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

14. Outras contas a pagar

	2025	2024
Saldo a pagar por aquisição de:		
Propriedade para investimento	131	-
Adiantamento recebido na negociação de futura compra e venda de:		
Propriedade para investimento	1.351	-
Transações que não envolvem caixa:		
Permuta de propriedade para investimento	1.376	1.507
	2.858	**1.507**

15. Imposto de renda e contribuição social

Composição dos tributos diferidos	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023
Débitos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	4.448	-	4.448	-	4.448
Contribuição social sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.601	-	1.601	-	1.601
Total dos débitos tributários	**6.049**	**-**	**6.049**	**-**	**6.049**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**6.049**	**-**	**6.049**	**-**	**6.049**

Os tributos diferidos referem-se a ajuste de avaliação patrimonial classificado no Patrimônio líquido (nota explicativa nº 16.c), como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	16.469
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(6.049)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	10.420

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**29.016**	**29.016**	**24.787**	**24.787**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(7.254)	**(2.611)**	**(6.197)**	**(2.231)**
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	**4.268**	**1.447**	**4.250**	**1.450**
Tributos no resultado do exercício	**(2.986)**	**(1.164)**	**(1.947)**	**(781)**
Efeito corrente	**(2.986)**	**(1.164)**	**(1.947)**	**(781)**

16. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2025, o capital social está dividido em 15.650.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (6.782.871 em 31/03/2024). Em 2/05/2024, foi deliberado pela assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 5, a capitalização de R$ 160.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 122.383 em 31/03/2024 para R$ 282.383 em 31/03/2025. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**24.866**	**22.059**
Base para cálculo das destinações:	24.866	22.059
(-) Constituição de reserva legal	(1.243)	(1.103)
Base elegível a distribuição de dividendos	**23.623**	**20.956**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**5.905**	**5.239**

No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 24.866, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 5.905. No exercício findo em 31/03/2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 22.059, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 5.239. Em assembleia geral ordinária (AGO) Nº 6 de 25/07/2024 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 5.239. **e. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **17. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Receita de vendas (mercado interno)		
Cana-de-Açúcar	19.110	19.117
Soja	3.336	704
Receita bruta	**22.446**	**19.821**
Impostos	-	(320)
Receita líquida	**22.446**	**19.501**

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.234	5.536
Outras receitas financeiras	13	-
Total das receitas financeiras	**7.247**	**5.536**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(4)	(3)
Total das despesas financeiras	**(4)**	**(3)**
Resultado financeiro	**7.243**	**5.533**

19. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

Básico e diluído	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**24.866**	**22.059**
Ações ordinárias no início do exercício	6.783	6.783
Ações subscritas em 02/05/2024	8.868	-
Total de ações no final do exercício	15.651	6.783
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	14.897	6.783
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**1,67**	**3,25**

Para os exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **20. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2025	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	-	-
Aplicações financeiras	8	11.304	-	11.304	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.973	2.973	-	-
Total		**14.278**	**2.974**	**11.304**	**-**
Passivos					
Fornecedores		-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar		5.905	5.905	-	-
Total		**5.905**	**5.905**	**-**	**-**

31 de março de 2024	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	2	-	-
Aplicações financeiras	8	28.786	-	28.786	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.322	7.322	-	-
Total		**36.110**	**7.324**	**28.786**	**-**
Passivos					
Fornecedores		66	66	-	-
Dividendos propostos a pagar		5.239	5.239	-	-
Total		**5.305**	**5.305**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i)* Estrutura do gerenciamento de risco** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2025, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	2
Aplicações financeiras	8	11.304	28.786
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.973	7.322
		14.278	**36.110**

***(ii)* Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana-de-açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2025	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-	-	-	-
Aplicações financeiras	11.304	11.304	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	2.973	2.973	-	-	-	-
	14.278	**14.278**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	5.905	5.905	-	-	-	-
	5.905	**5.905**	**-**	**-**	**-**	**-**

2024	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	-	-	-	-
Aplicações financeiras	28.786	28.786	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	7.322	7.322	-	-	-	-
	36.110	**36.110**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	66	66	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	5.239	5.239	-	-	-	-
	5.305	**5.305**	**-**	**-**	**-**	**-**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	11.304	161	(161)	403	(403)	805	(805)
Impacto no resultado operacional		**161**	**(161)**	**403**	**(403)**	**805**	**(805)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: A taxa de juros que foi analisada foi o CDI. **21. Eventos subsequentes** Em assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 6 de 8 de abril de 2025 os acionistas decidiram pelo aumento do capital social da companhia mediante subscrição de 1.939.820 ações ordinárias e valor integralizado de R$ 35.000.

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola substancialmente com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **2 Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento e ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de partes relacionadas*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedades para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedades para investimento** As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a mesma deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Ativo imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. A depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas na nota explicativa nº 13. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produto é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas às propriedades para investimento mencionadas na nota 6.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa nº 6.d. **f. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025 (no caso da Companhia em 1°/04/2025). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (alterações CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Bancos	1	2
	1	**2**

Aplicações financeiras	2025	2024
Aplicações financeiras	11.304	28.786
	11.304	**28.786**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 97,0% a 102,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,5% a 104,0% em 31/03/2024). O saldo é mantido para fins de investimentos. **9. Contas a receber de partes relacionadas e adiantamentos de clientes**

Contas a receber de partes relacionadas	2025	2024
Por venda de produtos (mercado interno)		
Cana-de-açúcar	2.973	7.322
	2.973	**7.322**

O saldo de contas a receber, em 31/03/2025 e 2024, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, realizadas com partes relacionadas.

Adiantamentos de clientes	2025	2024
Partes relacionadas	10.003	16
Outros	16	16
	10.019	**32**

O saldo de adiantamentos de clientes foi incrementado em 31/03/2025 por conta do recebimento de R$ 10.000 referente adiantamento dos contratos de parceria agrícola com partes relacionadas. O mesmo será amortizado ao longo do próximo exercício à medida que ocorrer a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **10. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2025 e 2024. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas referem-se a transações com a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. No exercício findo em 31/03/2025, o montante a receber é de R$ 2.973 (R$ 7.322 em 31/03/2024), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia, em condições normais de mercado. No exercício findo em 31/03/2025, as referidas vendas foram de R$ 18.942 (R$ 18.942 em 31/03/2024). **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2025 e 2024 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos Acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2025 os dividendos propostos foram de R$ 5.905 (R$ 5.239 em 31/03/2024). Em assembleia geral ordinária (AGO) Nº 6 de 25/07/2024 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 5.239. Em 31/03/2025 e 2024 não houveram dividendos efetivamente pagos. **11. Outros créditos** A rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante refere-se a adiantamentos efetuados em negociações de aquisição de propriedades para investimento. Os adiantamentos são baixados quando do registro da escritura de compra e venda das propriedades para investimento.

Outros créditos	2025	2024
Saldo inicial	28.608	-
Adiantamentos efetuados	203.680	32.297
Baixa por aquisição de propriedades para investimentos	(219.415)	(3.689)
Saldo final	**12.873**	**28.608**

12. Propriedades para investimento

Custo	Terras	Total
Em 31 de março de 2023	**153.891**	**153.891**
Aquisições	5.568	5.568
Em 31 de março de 2024	**159.459**	**159.459**
Aquisições	233.315	233.315
Em 31 de março de 2025	**392.774**	**392.774**

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. As aquisições no período encerrado em 31/03/2025 foram de R$ 233.315, sendo R$ 13.900 em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa e R$ 219.415 em contrapartida de outros créditos no ativo não circulante conforme nota explicativa nº 11. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 457.950 em 31/03/2025 (R$ 266.922 em 31/03/2024). As avaliações foram realizadas utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **13. Imobilizado**

ALTO ALEGRE AGRO S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	74	12
Aplicações financeiras	7	137.525	165.801
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.401	863
Demais contas a receber		4	-
Total do ativo circulante		**139.004**	**166.676**
Não Circulante			
Outros créditos		1	-
		1	-
Propriedade para investimento	9	252.945	110.599
		252.945	110.599
Total do ativo não circulante		**252.946**	**110.599**
Total do ativo		**391.950**	**277.275**

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Tributos a recolher		18	12
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		550	106
Dividendos propostos a pagar	11.d	2.546	4.005
Contas a pagar de partes relacionadas	8	4.355	851
Total do passivo circulante		**7.469**	**4.974**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.368	2.369
Total do passivo não circulante		**2.368**	**2.369**
Total do passivo		**9.837**	**7.343**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		337.621	237.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.470	4.471
Reservas de lucros		40.022	27.840
Total do patrimônio líquido		**382.113**	**269.932**
Total do passivo e patrimônio liquido		**391.950**	**277.275**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.722	16.862
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**10.722**	**16.862**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida das vendas	13	6.875	7.422
Lucro bruto		**6.875**	**7.422**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(260)	(167)
		(260)	(167)
Lucro antes do resultado financeiro		**6.615**	**7.255**
Despesas financeiras	14	(8)	(1)
Receitas financeiras	14	8.415	10.379
Resultado financeiro, líquido		**8.407**	**10.378**
Lucro antes dos impostos		**15.022**	**17.633**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(4.299)	(771)
Diferido	10	(1)	-
Lucro líquido do exercício		**10.722**	**16.862**
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	12	0,92	2,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		10.722	16.862
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	-
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas		(538)	477
Outras contas a receber		(5)	1
Variação nos passivos operacionais:			
Tributos a recolher		6	1
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.744	865
Contas a pagar de partes relacionadas		3.504	751
		18.434	18.959
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		(4.300)	(771)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**14.134**	**18.188**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(116.094)	(168.879)
Resgate de aplicações financeiras	7	144.370	19.422
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(142.348)	(18.762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(114.072)**	**(168.219)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de caixa por aumento de capital	11.a	100.000	150.000
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		**100.000**	**150.000**
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**62**	**(31)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**12**	**43**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**74**	**12**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2023		**87.621**	**4.471**	**874**	**12.451**	**-**	**105.417**
Integralização de capital	11.a	150.000	-	-	-	-	150.000
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	1.658	-	1.658
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.862	16.862
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	843	-	(843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(4.005)	(4.005)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	12.014	(12.014)	-
Em 31 de março de 2024		**237.621**	**4.471**	**1.717**	**26.123**	**-**	**269.932**
Integralização de capital	11.a	100.000	-	-	-	-	100.000
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	4.005	-	4.005
Realização do custo atribuído		-	(1)	-	1	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.722	10.722
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	536	-	(536)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	7.640	(7.640)	-
Em 31 de março de 2025		**337.621**	**4.470**	**2.253**	**37.769**	**-**	**382.113**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025 (no caso da Companhia em 1°/04/2025). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02). **7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	74	12
Aplicações financeiras	137.525	165.801
	137.599	**165.813**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 100,4% (100,3% em 31/03/2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 93,38% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2025 e 2024. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no Contas a receber de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 31/03/2025 o montante a receber é de R$ 1.401 (R$ 863 em 31/03/2024), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. Os valores registrados no Contas a pagar de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 31/03/2025 o montante a pagar é de R$ 4.355 (R$ 851 em 31/03/2024), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2025, as referidas vendas foram de R$ 7.028 (R$ 7.577 em 31/03/2024), vide nota explicativa nº 13. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2025 e 2024 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S·A· – Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2025 os dividendos propostos foram de R$ 2.546 (R$ 4.005 em 31/03/2024), conforme nota explicativa 11.d. Em 31/03/2025 e 2024, não houve dividendos efetivamente pagos. **9. Propriedade para investimento**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31/03/2023	91.780	65	-	91.845
Aquisições	15.124	-	3.638	18.762
Em 31/03/2024	106.904	65	3.638	110.607
Aquisições	142.348	-	-	142.348
Em 31/03/2025	249.252	65	3.638	252.955

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31/03/2023	-	(6)	-	(6)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31/03/2024	-	(8)	-	(8)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31/03/2025	-	(10)	-	(10)
Saldo líquido em 31/03/2024	106.904	57	3.638	110.599
Saldo líquido em 31/03/2025	249.252	55	3.638	252.945
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%		

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. O montante pago no período encerrado em 31/03/2025 foi de R$ 142.348 (R$ 18.762 em 31/03/2024). Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 380.685 em 31/03/2025 (R$ 237.383 em 31/03/2024). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	1.741	(1)	1.742	-	1.742
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	627	-	627	-	627
Total dos débitos tributários	2.368	(1)	2.369	-	2.369
Imposto de renda e contribuição social líquidos	2.368	(1)	2.369	-	2.369

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	6.838
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(2.368)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	4.470

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2025 Imposto de renda	2025 Contribuição social	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	15.022	15.022	17.633	17.633
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(3.756)	(1.352)	(4.408)	(1.587)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	619	189	3.868	1.356
Tributos no resultado do exercício	(3.137)	(1.163)	(540)	(231)
Efeito corrente	(3.136)	(1.163)	(540)	(230)
Efeito diferido	(1)	-	-	-

11. Patrimônio líquido a. Capital social O capital social está dividido em 16.160.154 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (11.373.675 em 31/03/2024). Em 20/09/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Nº 6, a capitalização de R$ 150.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 87.621 em 31/03/2023 para R$ 237.621 em 31/03/2024. Em 13/03/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Nº 7, a capitalização de R$ 100.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 237.621 em 31/03/2024 para R$ 337.621 em 31/03/2025. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 1.658, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 4.005, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 6 do dia 26/07/2024. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.722	16.862
Base para destinações	10.722	16.862
(-) Constituição da reserva legal	(536)	(843)
Base elegível de distribuição de dividendos	10.186	16.019
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	2.546	4.005

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.722	16.862
Ações ordinárias no início do exercício (milhares)	11.374	4.194
Ações subscritas em 20/09/2023 (milhares)	-	7.180
Ações subscritas em 13/03/2025 (milhares)	4.786	-
Total de ações no final do exercício (milhares)	16.160	11.374
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	11.610	7.980
Lucro por ação - básico e diluído - R$	0,92	2,11

Para os exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **13. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Receita de Vendas		
Cana de açúcar	7.028	7.577
Receita bruta	7.028	7.577
Impostos	(153)	(155)
Receita líquida	6.875	7.422

14. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(8)	(1)
Total das despesas financeiras	(8)	(1)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.415	10.379
Total das receitas financeiras	8.415	10.379
Total do resultado financeiro	8.407	10.378

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Valor justo Nível 2	Valor justo Nível 3
31 de março de 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	74	74	-	-
Aplicações financeiras	7	137.525	-	137.525	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.401	1.401	-	-
Demais contas a receber		5	5	-	-
Total		**139.005**	**1.475**	**137.525**	**-**
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	2.546	2.546	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	4.355	4.355	-	-
Total		**6.901**	**6.901**	**-**	**-**
31 de março de 2024	**Nota**	**Custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	12	12	-	-
Aplicações financeiras	7	165.801	-	165.801	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	863	863	-	-
Total		**166.676**	**875**	**165.801**	**-**
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	4.005	4.005	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	851	851	-	-
Total		**4.856**	**4.856**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2025, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	74	12
Aplicações financeiras	7	137.525	165.801
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.401	863
		139.000	166.676

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

						2025
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	74	74	-	-	-	-
Aplicações financeiras	137.525	68.763	68.762	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.401	1.401	-	-	-	-
	139.000	**70.238**	**68.762**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	2.546	2.546	-	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	4.355	4.355	-	-	-	-
	6.901	**6.901**	**-**	**-**	**-**	**-**

						2024
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	12	12	-	-	-	-
Aplicações financeiras	165.801	82.901	82.900	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	863	863	-	-	-	-
	166.676	**83.776**	**82.900**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	4.005	4.005	-	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	851	851	-	-	-	-
	4.856	**4.856**	**-**	**-**	**-**	**-**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	137.525	1.955	(1.955)	4.886	(4.886)	9.773	(9.773)
Impacto no resultado operacional		1.955	(1.955)	4.886	(4.886)	9.773	(9.773)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Aplicações Financeiras com taxa de juros flutuantes, sem "hedge". A taxa de juros que foi analisada no período é CDI.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Alto Alegre Agro S.A.** Presidente Prudente - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Alegre Agro S.A em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.

C.N.P.J. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.607	30.329	Fornecedores		24	113
Estoques	10	1.852	2.169	Salários e encargos sociais		14	15
Impostos a recuperar	11	1.934	2.040	Tributos a recolher		2	1
Outas contas a receber		1	1	Imposto de renda e contribuição social a pagar		51	80
Total do ativo circulante		**42.394**	**34.539**	Dividendos propostos a pagar	15.c	2.105	1.558
Não Circulante				Outras contas a pagar		1	-
Impostos a recuperar	11	-	1	**Total do passivo circulante**		**2.197**	**1.767**
		-	1	**Total do passivo**		**2.197**	**1.767**
Imobilizado	12	16.766	17.787	**Patrimônio líquido**	15		
Intangível	13	118	206	Capital social		22.001	22.001
		16.884	17.993	Reservas de lucros		35.080	28.765
Total do ativo não circulante		**16.884**	**17.994**	**Total do patrimônio líquido**		**57.081**	**50.766**
Total do ativo		**59.278**	**52.533**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**59.278**	**52.533**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023		**22.001**	**4.433**	**14.828**	**-**	**41.262**
Reversão de dividendos propostos		-	-	4.829	-	4.829
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.233	6.233
Destinações:						
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(1.558)	(1.558)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	4.675	(4.675)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**22.001**	**4.433**	**24.332**	**-**	**50.766**
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.420	8.420
Destinações:						
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(2.105)	(2.105)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	6.315	(6.315)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**22.001**	**4.433**	**30.647**	**-**	**57.081**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	**22.017**	**20.562**
Custos dos produtos vendidos	17	(14.629)	(15.837)
Lucro bruto		**7.388**	**4.725**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(483)	(281)
Outras despesas operacionais, líquidas		(117)	(149)
		(600)	(430)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**6.788**	**4.295**
Despesas financeiras	18	(4)	(4)
Receitas financeiras	18	3.745	3.261
Resultado financeiro		3.741	3.257
Lucro antes dos impostos		**10.529**	**7.552**
Imposto de renda e Contribuição social Corrente	14	(2.109)	(1.319)
Lucro líquido do exercício		**8.420**	**6.233**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	19	**0,38**	**0,28**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**8.420**	**6.233**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**8.420**	**6.233**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		8.420	6.233
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12 e 13	1.109	1.110
Despesa com imposto de renda e contribuição social	14	2.109	1.319
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Estoques	10	317	791
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	11	107	106
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		(89)	104
Salários e encargos sociais		(1)	1
Tributos a recolher		1	-
Outras contas a pagar		1	-
		11.974	**9.664**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.138)	(1.267)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**9.836**	**8.397**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações Financeiras	8	-	21.931
Caixa líquido decorrente das atividades de investimentos		**-**	**21.931**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	9	(1.558)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(1.558)**	**-**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**8.278**	**30.328**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**30.329**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**38.607**	**30.329**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A Companhia tem como atividade preponderante a geração e exploração de energia elétrica produzida em unidades termoelétricas próprias. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **c. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **d. Reconhecimento de receita** A receita proveniente da venda da cogeração de energia (nota explicativa nº 16) é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes. **e. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia elétrica, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, bem como os recebíveis de vendas "*spot*". Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são apresentadas no ativo não circulante. **f. Ativo imobilizado e intangível** Itens do imobilizado e do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normalmente são contabilizados em despesas quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. A depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas na nota explicativa nº 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vende-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano. Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado. **h. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025 (no caso da Companhia em 1°/04/2025). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (alterações CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2025	2024
Bancos	13	2
Aplicações financeiras	38.594	30.327
	38.607	**30.329**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 100,0% a 103,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,0% a 105,2% em 31/03/2024). **9. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2025 e 2024. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à compra de vapor industrial da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia, em condições normais de mercado. No exercício findo em 31/03/2025, as referidas compras foram de R$ 11.448 (R$ 12.260 em 31/03/2024), sendo essas compras pagas durante o exercício. **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2025 e 2024 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A companhia possui uma política de remuneração aos acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2025, os dividendos propostos foram de R$ 2.105 (R$ 1.558 em 31/03/2024) e os dividendos efetivamente pagos foram de 1.558 (R$ 0 em 31/03/2024). **10. Estoques**

	2025	2024
Materiais em almoxarifado	165	182
Custos antecipados	1.687	1.987
	1.852	**2.169**

A rubrica de custos antecipados é referente ao período de entressafra e que são amortizados no próximo exercício.

11. Impostos a recuperar	2025	2024
Icms a recuperar	1.906	1.999
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	28	42
	1.934	**2.041**
Circulante	**1.934**	**2.040**
Não circulante	**-**	**1**

O saldo de créditos de ICMS a recuperar são oriundos da aquisição de bens incorporados no Ativo Imobilizado. **12. Imobilizado**

Custo	Máquinas e equipamentos (cogeração de energia)	Automação industrial (cogeração de energia)	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2023	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**
Aquisições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2024	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**
Aquisições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2025	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**

Depreciação	Máquinas e equipamentos (cogeração de energia)	Automação industrial (cogeração de energia)	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2023	**(1.479)**	**(22)**	**-**	**(1.501)**
Adição	(1.008)	(12)	(1)	(1.021)
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2024	**(2.487)**	**(34)**	**(1)**	**(2.522)**
Adição	(1.008)	(12)	(1)	(1.021)
Baixas	-	-	-	-
Em 31/03/2025	**(3.495)**	**(46)**	**(2)**	**(3.543)**
Saldo líquido em 31/03/2024	**17.751**	**31**	**5**	**17.787**
Saldo líquido em 31/03/2025	**16.743**	**19**	**4**	**16.766**
Taxas médias anuais de depreciação	**4,98%**	**20,00%**	**10,98%**	

13. Intangível		
Custo	**Softwares**	**Total**
Em 31/03/2023	**443**	**443**
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Em 31/03/2024	**443**	**443**
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Em 31/03/2025	**443**	**443**
Amortização	**Softwares**	**Total**
Em 31/03/2023	**(148)**	**(148)**
Adições	(89)	(89)
Baixas	-	-
Em 31/03/2024	**(237)**	**(237)**
Adições	(88)	(88)
Baixas	-	-
Em 31/03/2025	**(325)**	**(325)**
Saldo líquido em 31/03/2024	**206**	**206**
Saldo líquido em 31/03/2025	**118**	**118**
Taxa média anual de amortização	**20,00%**	

14. Imposto de renda e contribuição social Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**10.529**	**10.529**	**7.552**	**7.552**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(2.632)	(948)	(1.888)	(680)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	1.148	323	981	268
Tributos no resultado do exercício	**(1.484)**	**(625)**	**(907)**	**(412)**
Efeito corrente	**(1.484)**	**(625)**	**(907)**	**(412)**

15. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2025 e 2024, o capital social está dividido em 22.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. Nos exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, como o valor da reserva legal já representa 20% do capital social, não foi necessária a constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido. **c. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**8.420**	**6.233**
Base para cálculo das destinações:	8.420	6.233
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Base elegível a distribuição de dividendos	**8.420**	**6.233**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**2.105**	**1.558**

No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 8.420, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 2.105. No exercício findo em 31/03/2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 6.233, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 1.558. **d. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **16. Receitas**

	2025	2024
Receita de vendas (mercado interno)		
Energia elétrica-Cogeração	22.851	21.341
Receita bruta	**22.851**	**21.341**
Impostos	(834)	(779)
Receita líquida	**22.017**	**20.562**

17. Custos dos produtos vendidos	2025	2024
Aquisição de vapor	12.005	12.702
Mão de obra direta	183	203
Depreciação/Amortização	1.107	1.235
Gastos gerais de fabricação	1.334	1.697
	14.629	**15.837**

18. Resultado financeiro	2025	2024
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.745	3.261
Total das receitas financeiras	**3.745**	**3.261**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(4)	(4)
Total das despesas financeiras	**(4)**	**(4)**
Resultado financeiro	**3.741**	**3.257**

19. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

	2025	2024
Básico e diluído		
Lucro líquido do exercício	**8.420**	**6.233**
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	22.001	22.001
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**0,38**	**0,28**

Para os exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **20. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31/03/2025	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.607	13	38.594	-
Outros créditos		1	1	-	-
Total		**38.608**	**14**	**38.594**	**-**
Passivos					
Fornecedores		24	24	-	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	2.105	2.105	-	-
Total		**2.129**	**2.129**	**-**	**-**

31/03/2024	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.329	2	30.327	-
Outros créditos		1	1	-	-
Total		**30.330**	**3**	**30.327**	**-**
Passivos					
Fornecedores		113	113	-	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	1.558	1.558	-	-
Total		**1.671**	**1.671**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i) Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2025, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.607	30.329
Outros créditos		1	1
		38.608	**30.330**

(ii) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de energia elétrica Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

						2025
Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	38.607	38.607	-	-	-	-
Outros créditos	1	1	-	-	-	-
	38.608	**38.608**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	24	24	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	2.105	2.105	-	-	-	-
	2.129	**2.129**	**-**	**-**	**-**	**-**

						2024
Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	30.329	30.329	-	-	-	-
Outros créditos	1	1	-	-	-	-
	30.330	**30.330**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	113	113	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	1.558	1.558	-	-	-	-
	1.671	**1.671**	**-**	**-**	**-**	**-**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	38.594	550	(550)	1.375	(1.375)	2.750	(2.750)
Impacto no resultado operacional		**550**	**(550)**	**1.375**	**(1.375)**	**2.750**	**(2.750)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: A taxa de juros que foi analisada foi o CDI. **21. Eventos subsequentes** Em assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 3 de 8/04/2025 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R$ 30.000.

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Central Energética Alta Mogiana S.A.** São Joaquim da Barra - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Energética Alta Mogiana S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de er

LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Caiabú-SP, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	62	103
Aplicações financeiras	7	2.749	21.398
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.964	4.275
Total do ativo circulante		**7.775**	**25.776**
Não Circulante			
Outras contas a receber		55	38
		55	**38**
Propriedades para investimento	9	152.806	122.943
Total do ativo não circulante		**152.861**	**122.981**
Total do ativo		**160.636**	**148.757**

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Tributos a recolher		31	24
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		67	30
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.504	3.694
Contas a pagar de partes relacionadas	8	1.056	276
Total do passivo circulante		**4.658**	**4.024**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.008	16.013
Total do passivo não circulante		**16.008**	**16.013**
Total do passivo		**20.666**	**20.037**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.444	19.455
Reservas de lucros		57.320	46.059
Total do patrimônio líquido		**139.970**	**128.720**
Total do passivo e patrimônio liquido		**160.636**	**148.757**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.754	15.558
Resultado abrangente do exercício	**14.754**	**15.558**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida das vendas	13	15.841	15.115
Lucro bruto		**15.841**	**15.115**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(627)	(619)
		(627)	(619)
Lucro antes do resultado financeiro		**15.214**	**14.496**
Despesas financeiras	14	(1)	(1)
Receitas financeiras	14	903	1.633
Resultado financeiro, líquido		**902**	**1.632**
Lucro antes dos impostos		**16.116**	**16.128**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(1.367)	(576)
Diferido	10	5	6
Lucro líquido do exercício		**14.754**	**15.558**
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	12	6,11	6,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		14.754	15.558
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		28	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5)	(6)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas	8	(689)	852
Outras contas a receber		(17)	1
Variação nos passivos operacionais:			
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		1.395	(9)
Tributos a recolher		7	433
Contas a pagar de partes relacionadas		780	198
		16.253	17.055
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.358)	(576)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**14.895**	**16.479**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(16.015)	(16.460)
Resgate de aplicações financeiras	7	34.664	6.957
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(29.891)	(6.924)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(11.242)**	**(16.427)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(3.694)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(3.694)**	**-**
Redução (aumento) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(41)**	**52**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**103**	**51**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**62**	**103**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2023		**63.206**	**19.467**	**1.999**	**28.541**	**-**	**113.213**
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	-	3.643	3.643
Realização do custo atribuído		-	(12)	-	12	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.558	15.558
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	778	-	(778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.694)	(3.694)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	14.729	(14.729)	-
Em 31 de março de 2024		**63.206**	**19.455**	**2.777**	**43.282**	**-**	**128.720**
Realização do custo atribuído		-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.754	14.754
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	738	-	(738)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.504)	(3.504)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	10.512	(10.512)	-
Em 31 de março de 2025		**63.206**	**19.444**	**3.515**	**53.805**	**-**	**139.970**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiabú/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025 (no caso da Companhia em 1°/04/2025). As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pela Companhia e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	62	103
Aplicações financeiras	2.749	21.398
	2.811	**21.501**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 97,00% (99,13% em 31/03/2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora final da Companhia é a JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações (em 31/03/2025 e 2024). **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas, refere-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. No exercício findo em 31/03/2025 o montante a receber é de R$ 4.964 (R$ 4.275 em 31/03/2024), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. Os valores registrados no Contas a pagar de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 31/03/2025 o montante a pagar é de R$ 1.056 (R$ 276 em 31/03/2024), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2025, as referidas vendas foram de R$ 16.173 (R$ 15.431 em 31/03/2024), vide nota explicativa nº 13. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2025 e 2024 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S·A· – Açúcar e Álcool· **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício· Em 31/03/2025 os dividendos propostos foram de R$ 3.504 (R$ 3.694 em 31/03/2024), conforme nota explicativa 11.d. Em 31/03/2025, foram efetivamente pagos dividendos no valor de R$ 3.694 (não houve dividendos efetivamente pagos em 31/03/2024).

9. Propriedade para investimento

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2023	115.035	1.131	116.166
Aquisições	6.924	-	6.924
Em 31 de março de 2024	121.959	1.131	123.090
Aquisições	29.891	-	29.891
Em 31 de março de 2025	151.850	1.131	152.981

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2023	-	(119)	(119)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2024	-	(147)	(147)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2025	-	(175)	(175)
Saldo líquido em 31 de março de 2024	121.959	984	122.943
Saldo líquido em 31 de março de 2025	151.850	956	152.806
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%	

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. O montante pago no período encerrado em 31/03/2025 foi de R$ 29.891 (R$ 6.924 em 31/03/2024). Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 531.663 em 31/03/2025 (R$ 524.587 em 31/03/2024). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	11.771	(3)	11.774	(5)	11.779
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	4.237	(2)	4.239	(1)	4.240
Total dos débitos tributários	**16.008**	**(5)**	**16.013**	**(6)**	**16.019**
Imposto de renda e contribuição social líquidos	**16.008**	**(5)**	**16.013**	**(6)**	**16.019**

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	35.452
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(16.008)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	19.444

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2025 Imposto de renda	2025 Contribuição social	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	16.116	16.116	16.128	16.128
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(4.029)	(1.450)	(4.032)	(1.452)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	3.077	1.040	3.660	1.254
Tributos no resultado do exercício	(952)	(410)	(372)	(198)
Efeito corrente	(957)	(410)	(376)	(200)
Efeito diferido	5	-	4	2

11. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2025 e 2024, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal· **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 3.643, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 5 do dia 21/07/2023. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.754	15.558
Base para destinações	14.754	15.558
(-) Constituição da reserva legal	(738)	(778)
Base elegível de distribuição de dividendos	14.016	14.780
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	3.504	3.694

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.754	15.558
Número de ações durante o exercício (milhares)	2.413	2.413
Lucro por ação - básico e diluído - R$	6,11	6,45

Para os exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **13. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de Vendas	2025	2024
Cana de açúcar	16.173	15.431
Receita bruta	16.173	15.431
Impostos	(332)	(316)
Receita líquida	15.841	15.115

14. Resultado financeiro

Despesas financeiras:	2025	2024
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	(1)	(1)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	903	1.633
Total das receitas financeiras	903	1.633
Total do resultado financeiro	902	1.632

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2025	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	62	62	-	-
Aplicações financeiras	7	2.749	-	2.749	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.964	4.964	-	-
Outras contas a receber		55	55	-	-
Total		7.830	5.081	2.749	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.504	3.504	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	1.056	1.056	-	-
Total		4.560	4.560	-	-

31 de março de 2024	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	103	103	-	-
Aplicações financeiras	7	21.398	-	21.398	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.275	4.275	-	-
Outras contas a receber		38	38	-	-
Total		25.814	4.416	21.398	-
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.694	3.694	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	276	276	-	-
Total		3.970	3.970	-	-

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2025, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	62	103
Aplicações financeiras	7	2.749	21.398
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.964	4.275
		7.775	25.776

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2025 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-	-	-
Aplicações financeiras	2.749	1.375	1.374	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	4.964	4.964	-	-	-	-
Outras contas a receber	55	55	-	-	-	-
	7.830	6.456	1.374	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	3.504	3.504	-	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	1.056	1.056	-	-	-	-
	4.560	4.560	-	-	-	-

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2024 Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	103	103	-	-	-	-
Aplicações financeiras	21.398	5.948	15.450	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	4.275	4.275	-	-	-	-
Outras contas a receber	38	38	-	-	-	-
	25.814	10.364	15.450	-	-	-
Passivos						
Dividendos propostos a pagar	3.694	3.694	-	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	276	276	-	-	-	-
	3.970	3.970	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência (nocional)	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	21.398	294	(294)	734	(734)	1.468	(1.468)
Impacto no resultado operacional		294	(294)	734	(734)	1.468	(1.468)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: *Aplicações financeiras* A taxa de juros que foi analisada no período é CDI.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Lincoln Junqueira Agro S.A.** Caiabu - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lincoln Junqueira Agro S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar noss

ALTA MOGIANA

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	468.107	982.054
Aplicações financeiras	9.a	3.051	7.601
Contas a receber de clientes	10	203.599	224.399
Estoques	11	265.515	275.075
Adiantamentos a fornecedores	11	39.098	40.842
Ativo biológico	14	98.615	206.005
Impostos a recuperar	13	19.690	42.500
Instrumentos financeiros derivativos	27	64.392	39.700
Outras contas a receber		13.809	15.166
Total do ativo circulante		**1.175.876**	**1.833.342**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	21	6.463	6.670
Adiantamentos a fornecedores	11	11.336	11.848
Impostos a recuperar	13	16.198	15.894
Outros investimentos		2.550	2.550
Outras contas a receber		277	262
		36.824	**37.224**
Imobilizado	15	1.954.789	1.495.856
Intangível	16	6.718	6.721
Direito de uso	17	1.107.887	937.438
		3.069.394	**2.440.015**
Total do ativo não circulante		**3.106.218**	**2.477.239**
Total do ativo		**4.282.094**	**4.310.581**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	18	76.387	117.950
Empréstimos e financiamentos	19	38.036	155.905
Parceria agrícola a pagar	17	270.075	230.805
Salários e encargos sociais		36.336	32.828
Tributos a recolher		18.811	9.937
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	-	42.512
Adiantamentos de clientes	20	5.899	3.957
Instrumentos financeiros derivativos	27	20.202	8.023
Dividendos propostos a pagar	23.d	169.036	194.467
Outras contas a pagar		1.954	1.833
Total do passivo circulante		**636.736**	**798.217**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	288.237	266.381
Parceria agrícola a pagar	17	604.852	570.552
Provisão para contingências	21	46.405	47.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	283.403	315.775
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	-	128.049
Total do passivo não circulante		**1.222.897**	**1.328.746**
Total do passivo		**1.859.633**	**2.126.963**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	1.020.000	760.000
Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	3.276	4.070
Reservas de lucros		1.399.185	1.419.548
Total do patrimônio líquido		**2.422.461**	**2.183.618**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.282.094**	**4.310.581**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	**24**	**2.386.840**	**2.404.526**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	(251.972)	(61.763)
Custos dos produtos vendidos e revendidos	25	(1.450.291)	(1.330.757)
Lucro bruto		**684.577**	**1.012.006**
Despesas operacionais			
Com vendas	25	(69.562)	(88.840)
Gerais e administrativas	25	(83.370)	(77.683)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	17.650	36.199
		(135.282)	(130.324)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**549.295**	**881.682**
Despesas financeiras	26	(225.483)	(388.796)
Receitas financeiras	26	357.468	464.260
Variações cambiais, líquidas	26	(47.723)	8.842
Resultado financeiro	26	84.262	84.306
Lucro antes dos impostos		**633.557**	**965.988**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22.a	(122.620)	(298.164)
Diferido	22.a	32.372	(17.994)
Lucro líquido do exercício		**543.309**	**649.830**
Lucro líquido básico e diluído por ação			
(Expresso em R$ por ação)	**28**	**35,32**	**42,24**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		543.309	649.830
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15, 16 e 25	232.295	196.557
Resultado de alienação ou baixa de bens	25 e 31.a	(1.754)	(9.082)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	(32.372)	17.994
Despesa com Imposto de renda e contribuição social	22.a	122.620	298.164
Resultado não realizado com instrumentos financeiros		7.123	(42.151)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	31.b	70.222	20.868
Juros e multas de provisão para contingências	21 e 26	10.338	2.517
Reversao de provisão para contingências e juros / multas	21	(2.468)	-
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	251.972	61.763
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber		(1.440)	(15)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas		(123)	(74)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	14	231.979	244.630
Depreciação do direito de uso	17	236.143	224.210
Ajuste a valor presente	17 e 26	11.029	10.020
		1.678.873	**1.675.231**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		20.923	(41.065)
Estoques		9.560	(33.069)
Adiantamentos a fornecedores		(22.130)	312
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		22.506	(13.591)
Instrumentos financeiros derivativos		(36.685)	(28.207)
Depósitos judiciais		207	(292)
Outras contas a receber - circulante e não circulante		1.357	(9.190)
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		(41.563)	18.865
Salários e encargos sociais		3.508	2.391
Tributos a recolher		8.874	(2.594)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(16.372)	(87.758)
Adiantamentos de clientes		1.942	1.997
Instrumentos financeiros derivativos		17.049	(1.503)
Outras contas a pagar - circulante e não circulante		121	220
		1.648.170	**1.481.747**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(284.838)	(127.798)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	31.b	(26.888)	(29.605)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**1.336.444**	**1.324.344**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de ativos	31.a	5.939	15.225
Aplicações financeiras		4.550	14.671
Aplicação de recursos em ativo biológico	14	(376.561)	(232.820)
Aplicação de recursos em imobilizado	15	(693.442)	(379.256)
Aplicação de recursos em intangível	16	(1.968)	(3.893)
Aplicação de recursos em direito de uso	17	(72.493)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1.133.975)**	**(586.073)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	31.b	155.437	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	31.b	(294.784)	(110.477)
Dividendos pagos	12.e	(329.897)	(140.000)
Amortização de parcerias agrícolas	17	(247.172)	(234.230)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(716.416)**	**(484.707)**
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(513.947)**	**253.564**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**982.054**	**728.490**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**468.107**	**982.054**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023		**610.000**	**4.899**	**120.038**	**919.819**	**-**	**1.654.756**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	113.499	-	113.499
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	150.000	-	-	(150.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(829)	-	829	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	649.830	649.830
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b	-	-	31.962	-	(31.962)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(154.467)	(154.467)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	463.401	(463.401)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**760.000**	**4.070**	**152.000**	**1.267.548**	**-**	**2.183.618**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	64.570	-	64.570
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	260.000	-	-	(260.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(794)	-	794	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	543.309	543.309
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b e d	-	-	27.165	-	(27.165)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(129.036)	(129.036)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	387.108	(387.108)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**1.020.000**	**3.276**	**179.165**	**1.220.020**	**-**	**2.422.461**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**543.309**	**649.830**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**543.309**	**649.830**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31/03/2025, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais de mercado. Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros produtos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. Os canaviais da Companhia, nesse exercício, sofreram impactos de variações climáticas, especialmente quanto à incêndios generalizados e seca prolongada, que refletiram negativamente no cálculo do valor justo de seus ativos biológicos. Aproximadamente 14 mil hectares de cana-de-açúcar da Companhia foram atingidos por incêndios, sendo necessários investimentos complementares em tratos culturais no montante aproximado de R$ 38.000 para preservar a produtividade das safras seguintes. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03/ de cada ano. **Aquisição seguida de Incorporação** Em 16/01/2025, por intermédio de um acordo de compra e venda datado de 18/11/2024, a Companhia adquiriu da Raízen Energia S.A., mediante Cessão e Transferência de Quotas, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade de sua titularidade denominada "Raízen Califórnia Agrícola Ltda", cujo ato consta registrado na 2ª alteração do contrato social dessa Sociedade e através do qual, também foi alterada a denominação social da Sociedade para "Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda". Em 28/02/2025, mediante 34ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo de Incorporação") do Patrimônio Líquido da "Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda". A Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda é uma Sociedade cuja totalidade das quotas são detidas pela Companhia. Abaixo demonstramos o balanço patrimonial da companhia incorporada, e os impactos da alocação do preço pago na Companhia incorporadora em 28/02/2025: a. **Balanço patrimonial da companhia incorporada Alta Mogiana California Agrícola Ltda. (anteriormente denominada Raízen California Agrícola Ltda.) (Em milhares de reais)**

Ativo	janeiro-25 (Não auditado)	Passivo	janeiro-25 (Não auditado)
Circulante		**Circulante**	
Caixa	10	Passivo de Arrentamento	30.470
Ativos biológicos	39.629		
	39.639		**30.470**
Não circulante		**Não circulante**	
Imobilizado	45.601	Passivo de Arrentamento	110.822
Direito de Uso	111.044		
			110.822
	156.645	**Total do passivo**	**141.292**
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	54.992
			54.992
Total do ativo	**196.284**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**196.284**

b. Alocação do preço pago	**Nota explicativa**	**fevereiro-25**
Preço à vista		383.971
% adquirido		100%
Preço pago na aquisição		**383.971**
Preço pago alocado		
Ativo Biológico	14	115.166
Plantio (Imobilizado)	15	196.312
Contratos (Direito de Uso)	17	72.493
Alocação		**383.971**

2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** – Passivo de parceria agrícola e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; Taxa de desconto e Nota explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis)· A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da B3 e *NYBOT.* Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. ***Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)** A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31/03/2024. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado** *(i) **Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais, líquidas, no resultado. *(ii) **Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. *(iii) **Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de *software*, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (*leasing*)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. (i) ***Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze e de dezoito meses. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 14. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques e adiantamentos a fornecedores** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos são para fornecedores de cana e são demonstrados ao custo. A realização se dá de acordo com a expectativa de colheita onde é segregado entre curto e longo prazo. **h. Instrumentos financeiros** *(i) **Ativos financeiros*** A partir de 1°/05/2019, os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Agrícola Ltda,'' bem como de sua subsequente incorporação, cujos impactos no balanço da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1. **c. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31/03/2025 e 2024 resumem-se à compra de cana-de-açúcar da Alta Mogiana Agro S.A. e a venda de vapor industrial para a Central Energética Alta Mogiana S.A. No exercício findo em 31/03/2025, as referidas compras de cana-de açúcar foram de R$ 24.923 (R$ 23.682 em 31/03/2024), e as vendas de vapor industrial foram de R$ 11.448 (R$ 12.260 em 31/03/2024), sendo essas compras e vendas pagas e recebidas durante o exercício. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **d. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, inclui benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31/03/2025, foi de R$ 6.857 (R$ 6.328 em 31/03/2024). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **e. Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado de acordo com o estatuto social, um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2025 os dividendos propostos foram de R$ 129.036 (R$ 154.467 em 31/03/2024). Do montante de dividendos propostos do exercício anterior, R$ 89.897 foram pagos em 10/07/2024, e a diferença de R$ 64.570 foi revertida e incorporada para a conta de Lucros Retidos conforme aprovação através da 30ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO") de 25/07/2024. Em 02/05/2024, mediante 32ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 160.000 para o dia 20/05/2024, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos". Em 06/01/2025, mediante 33ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 80.000, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros Retidos" dos quais, R$ 40.000 foram pagos nesse exercício e o restante será pago no exercício seguinte.

13. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda - antecipações	4.347	14.675
Contribuição Social - antecipações	1.507	8.363
	5.854	**23.038**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - (ICMS)	27.216	25.479
Pis / Cofins a recuperar	309	6.152
Imposto sobre Produtos Industrializados - (IPI)	479	433
Imposto de Renda Retido na Fonte - (IRRF)	2.030	3.292
	30.034	**35.356**
Total de impostos a recuperar	**35.888**	**58.394**
Circulante	**19.690**	**42.500**
Não circulante	**16.198**	**15.894**

Os créditos de ICMS são oriundos da aquisição de imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela administração, no curso normal das operações da Companhia. **14. Ativo biológico** O ativo biológico da Companhia está representado pela cana-de-açúcar destinada a produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado na região norte do Estado de São Paulo. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 57.849 hectares em 31/03/2025 (52.677 hectares em 31/03/2024). **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo** O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: **Entradas de caixa** obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade da cana-de-açúcar, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo- CONSECANA; **Saídas de caixa** representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e **Taxa de desconto** utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado de 8,88% (8,59% em 31/03/2024), líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e tem como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço do futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 31 de março de 2023	**279.578**
Em 31 de março de 2023	
Saldo a custo	240.165
Saldo do ajuste a valor justo	39.413
Saldo contábil líquido	**279.578**
Adições - tratos culturais	232.820
(-) Amortização dos tratos culturais	(244.630)
(-) Amortização valor justo	(36.211)
(-) Ajuste a valor justo	(25.552)
Em 31 de março de 2024	**206.005**
Em 31 de março de 2024	
Saldo a custo	228.355
Saldo do ajuste a valor justo	(22.350)
Saldo contábil líquido	**206.005**
Adições - tratos culturais	261.395
Adições - incorporação (nota explicativa nº 1)	115.166
(-) Amortização dos tratos culturais	(231.979)
(-) Amortização valor justo	20.102
(-) Ajuste a valor justo (i)	(272.074)
Em 31 de março de 2025	**98.615**
Em 31 de março de 2025	
Saldo a custo	372.937
Saldo do ajuste a valor justo	(274.322)
Saldo contábil líquido	**98.615**

(i) ***A variação no valor justo do ativo biológico de 31/03/2025 contempla os impactos dos incêndios e da seca prolongada ocorridos durante a safra.*** A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: O preço estimado do ATR fosse maior (menor); A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e A taxa de desconto fosse menor (maior). **Análise de sensibilidade do valor justo** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 24.315. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 26.960. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: ***Riscos regulatórios e ambientais*** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. ***Riscos de oferta e demanda*** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. ***Riscos climáticos e outros*** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas, queimadas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **15. Imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2023	**10.115**	**226.133**	**760.703**	**939.243**	**178.725**	**180.277**	**32.118**	**2.327.314**
Aquisições	-	47.072	130.692	111.408	31.747	54.382	3.955	379.256
Baixas	-	(425)	(1.166)	(86.795)	(13.609)	(13.037)	(1.240)	(116.272)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31/03/2024	**10.115**	**272.780**	**890.229**	**963.856**	**196.863**	**221.622**	**34.833**	**2.590.298**
Aquisições	-	79.781	81.012	252.681	30.180	46.802	6.674	497.130
Incorporação (nota nº 1)	-	-	-	196.312	-	-	-	196.312
Baixas	-	(29)	(681)	(102.928)	(6.459)	(10.938)	(1.076)	(122.111)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31/03/2025	**10.115**	**352.532**	**970.560**	**1.309.921**	**220.584**	**257.486**	**40.431**	**3.161.629**

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31/03/2023	**-**	**(77.759)**	**(428.880)**	**(317.858)**	**(99.016)**	**(67.345)**	**(18.755)**	**(1.009.613)**
Adição	-	(8.001)	(46.373)	(105.185)	(14.080)	(17.910)	(3.452)	(195.001)
Baixas	-	204	1.024	86.795	12.781	8.225	1.143	110.172
Em 31/03/2024	**-**	**(85.556)**	**(474.229)**	**(336.248)**	**(100.315)**	**(77.030)**	**(21.064)**	**(1.094.442)**
Adição	-	(9.885)	(56.757)	(122.319)	(16.350)	(21.487)	(3.526)	(230.324)
Baixas	-	5	586	102.928	5.744	7.669	994	117.926
Em 31 de março de 2025	**-**	**(95.436)**	**(530.400)**	**(355.639)**	**(110.921)**	**(90.848)**	**(23.596)**	**(1.206.840)**
Saldo líquido em 31/03/2024	**10.115**	**187.224**	**416.000**	**627.608**	**96.548**	**144.592**	**13.769**	**1.495.856**
Saldo líquido em 31/03/2025	**10.115**	**257.096**	**440.160**	**954.282**	**109.663**	**166.638**	**16.835**	**1.954.789**
Taxas médias anuais de depreciação		**3,97%**	**7,95%**	**14,50%**	**10,95%**	**10,19%**	**12,06% / 18,62%**	

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2025, totalizaram R$ 1.202 (R$ 1.139 em 31/03/2024). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2025 é de R$ 5.286 (R$ 5.695 em 31/03/2024) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante os exercícios encerrados em 31/03/2025 e de 2024, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31/03/2025, aproximadamente R$ 35.957 de bens do ativo imobilizado (R$ 52.066 em 31/03/2024) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados.

16. Intangível

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 31 de março de 2023	**11.758**	**33**	**11.791**
Aquisições	3.893	-	3.893
Baixas	(58)	-	(58)
Transferência	-	-	-
Em 31 de março de 2024	**15.593**	**33**	**15.626**
Aquisições	1.968	-	1.968
Baixas	(7)	-	(7)
Transferência	-	-	-
Em 31 de março de 2025	**17.554**	**33**	**17.587**
Amortização	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Em 31 de março de 2023	**(7.364)**	**-**	**(7.364)**
Adições	(1.556)	-	(1.556)
Baixas	15	-	15
Em 31 de março de 2024	**(8.905)**	**-**	**(8.905)**
Adições	(1.971)	-	(1.971)
Baixas	7	-	7
Em 31 de março de 2025	**(10.869)**	**-**	**(10.869)**
Saldo líquido em 31 de março de 2024	**6.688**	**33**	**6.721**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**6.685**	**33**	**6.718**
Taxa média anual de amortização	**18,83%**		

17. Direito de uso e parceria agrícola a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi o seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola	Ajuste a valor presente	Adiantamentos efetuados	Total
Em 31 de março de 2023	**1.088.372**	**(265.035)**	**124.462**	**947.799**
Novos contratos/ renovação contratual	148.683	(43.376)	-	105.307
Remensuração anual	33.034	63.889	-	96.923
Compensação de adiantamentos	-	-	(124.462)	(124.462)
Adiantamentos efetuados	-	-	136.081	136.081
Depreciação	(234.230)	10.020	-	(224.210)
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	**136.081**	**937.438**
Novos contratos/ renovação contratual	402.016	(141.842)	-	260.174
Incorporação (nota explicativa nº 1)	72.493	-	-	72.493
Remensuração anual	(17.923)	67.462	-	49.539
Compensação de adiantamentos	-	-	(136.081)	(136.081)
Adiantamentos efetuados	-	-	160.467	160.467
Depreciação	(247.172)	11.029	-	(236.143)
Em 31 de março de 2025	**1.245.273**	**(297.853)**	**160.467**	**1.107.887**
Vida útil (anos)	1 a 18			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parceria agrícola a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Adiantamentos efetuados	Total
Em 31 de março de 2023	**1.088.372**	**(265.035)**	**-**	**823.337**
Novos contratos/ renovação contratual	148.683	(43.376)	-	105.307
Remensuração anual	33.034	63.889	-	96.923
Apropriação encargos financeiros	-	10.020	-	10.020
Pagamentos efetuados	(234.230)	-	-	(234.230)
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	**-**	**801.357**
Novos contratos/ renovação contratual	402.016	(141.842)	-	260.174
Remensuração anual	(17.923)	67.462	-	49.539
Apropriação encargos financeiros	-	11.029	-	11.029
Pagamentos efetuados	(247.172)	-	-	(247.172)
Em 31 de março de 2025	**1.172.780**	**(297.853)**	**-**	**874.927**
Passivo circulante				**270.075**
Passivo não circulante				**604.852**
				874.927

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/04/2026 a 31/03/2027	202.974
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	146.914
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	110.557
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	71.998
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	34.268
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	17.250
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	10.626
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	3.200
A partir de 1º/04/2034	7.065
	604.852

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica.

Vigência dos Contratos	Taxa Incremental
2 anos	11,37%
3 anos	12,64%
4 anos	13,34%
5 anos	13,84%
6 anos	14,42%
7 anos	14,66%
8 anos	14,83%
9 anos	14,91%
10 a 18 anos	14,96%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2025, o valor de R$ 77.567 referente a contratos com a parte relacionada Alta Mogiana Agro S.A. (R$ 91.664 em 31/03/2024) vide nota explicativa nº 12b. **18. Fornecedores**

	2025	2024
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	50.656	85.565
Fornecedores de cana-de-açúcar	25.731	32.385
	76.387	**117.950**

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 27. **19. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2025	2024
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
PSI / PCA (a)	Juros médios ponderados de 3,50% ao ano (juros médios ponderados em 2024 de 4,09% ao ano)	jul/29	5.925	9.289
Programa ABC (b)	Juros médios ponderados de 6,30% ao ano (juros médios ponderados em 2024 de 6,28% ao ano)	jul/29	10.912	14.784
Programa Mais Inovação (c)	Juros médios ponderados de 7,89% ao ano	jan/30	20.006	-
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 5,47% ao ano (juros médios ponderados em 2024 de 5,47% ao ano)	dez/29	268.560	367.010
Em moeda nacional:				
Cédula de Produto Rural Financeira	Variação de 100% do CDI e juros médios ponderados de 0,90% ao ano (juros médios ponderados em 2024 de 0,90% ao ano)	nov/26	20.870	31.203
			326.273	**422.286**
Passivo circulante			**38.036**	**155.905**
Passivo não circulante			**288.237**	**266.381**
Total em moeda nacional			**57.713**	**55.276**
Total em moeda estrangeira			**268.560**	**367.010**

(a) PSI - financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação; e PCA - financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; **(b) Programa ABC** - financiamento destinado à investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. **(c) Programa Mais Inovação** - financiamento destinado à investimentos em inovação e ou digitalização. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2025	2024
A partir de abril de 2025	-	129.888
2026	36.637	129.387
2027	84.473	2.975
2028	84.019	2.520
2029	83.108	1.611
	288.237	**266.381**

Covenants A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros, tais como razão da dívida líquida pelo ebtida menor ou igual a 4 e liquidez corrente maior ou igual a 1,20, as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa da dívida estão apresentadas na nota explicativa nº 31.b. **20. Adiantamentos de clientes** Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de açúcar, sobre os quais não incidem encargos financeiros, cujo montante em 31/03/2025 é de R$ 5.899 (R$ 3.957 em 31/03/2024). **21. Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	43.633	43.383
(-) Depósito judicial - ICMS	(2.795)	(2.795)
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	9.986	10.395
(-) Depósito judicial - COFINS	(4.419)	(2.994)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	1.083	1.083
(-) Depósito judicial - INSS	(1.083)	(1.083)
	46.405	**47.989**

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia efetuou transação do AIIM nº 4.025.866-0, que resultou na contabilização de: reversão de juros no montante de R$ 1.116; honorários advocatícios de R$ 63 e multa de R$ 81, além de pagamento em parcela única no montante de R$ 696. (b) COFINS referente, substancialmente, a auto de infração relativo a contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Constituição Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 4.419 (R$ 2.994 em 31/03/2024). A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota, bem como a inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia obteve êxito no processo 0001769-13.2003.4.03.6113 relativo à discussão de COFINS incidente sobre outras receitas, resultando na contabilização de reversão do mesmo, no montante de R$ 656. Tal processo possuía depósito judicial, o qual foi remanejado para outro processo de COFINS, resultando em movimentação na conta de depósito judicial desse tributo no montante de R$ 1.425, relativo à contabilização da atualização do mesmo. (c) INSS refere-se substancialmente, a autos de infração e imposição de multa relacionados a Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas efetuadas em 2008 e 2009. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, em 31/03/2025 o montante de R$ 6.463 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 6.670 em 31/03/2024). (f) Contingências classificadas como possível - A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como de possível perda, foram estimadas como segue:

	2025	2024
Cível	6.078	6.055
Trabalhista	8.808	8.008
Tributária		
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	12.685
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	8.336	6.313
Outros	2.498	2.408
	25.720	**35.469**

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 31 de março de 2023	**45.472**
Adições de contingências	-
Movimentação dos depósitos judiciais	459
Juros e multas	2.517
Reversão / Pagamentos	(459)
Em 31 de março de 2024	**47.989**
Adições de contingências	-
Movimentação dos depósitos judiciais	(1.425)
Juros e multas	2.309
Reversão / Pagamentos	(2.468)
Em 31 de março de 2025	**46.405**

22. Imposto de renda e contribuição social a. Composição dos tributos diferidos

	2025 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2024 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2023 (12 meses)
Créditos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Prejuízos fiscais	43.853	43.853	-	-	-
Operações com perdas em derivativos	44.231	44.231	-	(7.159)	7.159
Variação cambial passiva	28.577	(9.554)	38.131	4.691	33.440
Ativo biológico	68.580	62.192	6.388	6.388	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	5.382	(167)	5.549	(59)	5.608
	190.623	**140.555**	**50.068**	**3.861**	**46.207**
Contribuição social sobre:					
Base de cálculo negativa acumulada	15.787	15.787	-	-	-
Operações com perdas em derivativos	15.923	15.923	-	(2.577)	2.577
Variação cambial passiva	10.288	(3.439)	13.727	1.688	12.039
Ativo biológico	24.689	22.389	2.300	2.300	-
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	978	(11)	989	(8)	997
	67.665	**50.649**	**17.016**	**1.403**	**15.613**
Total dos créditos tributários	**258.288**	**191.204**	**67.084**	**5.264**	**61.820**
Débitos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	3.887	(300)	4.187	(314)	4.501
Operações com ganhos em derivativos	56.828	47.524	9.304	9.304	-
Depreciação acelerada incentivada	307.638	88.991	218.647	13.224	205.423
Variação cambial ativa	29.949	(18.627)	48.576	3.941	44.635
Ativo biológico	-	(800)	800	(9.053)	9.853
	398.302	**116.788**	**281.514**	**17.102**	**264.412**
Contribuição social sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.399	(108)	1.507	(114)	1.621
Operações com ganhos em derivativos	20.458	17.108	3.350	3.350	-
Depreciação acelerada incentivada	110.750	32.037	78.713	4.761	73.952
Variação cambial ativa	10.782	(6.705)	17.487	1.418	16.069
Ativo biológico	-	(288)	288	(3.259)	3.547
	143.389	**42.044**	**101.345**	**6.156**	**95.189**
Total dos débitos tributários	**541.691**	**158.832**	**382.859**	**23.258**	**359.601**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**283.403**	**(32.372)**	**315.775**	**17.994**	**297.781**

Expectativa de realização Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	633.557	633.557	965.988	965.988
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(158.389)	**(57.020)**	**(241.497)**	**(86.939)**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Descontos adesão Transação Especial	83.190	30.169	-	-
Lei do bem	1.931	695	-	-
Cbios	1.142	1.028	3.030	2.727
Adições/exclusões permanentes líquidas	8.010	(1.004)	7.470	(949)
Tributos no resultado do exercício	**(64.116)**	**(26.132)**	**(230.997)**	**(85.161)**
Alíquota efetiva	**10%**	**4%**	**24%**	**9%**
Efeito corrente	**(87.883)**	**(34.737)**	**(217.756)**	**(80.408)**
Efeito diferido	**23.767**	**8.605**	**(13.241)**	**(4.753)**

b. Composição dos saldos de tributos a pagar Circulante: Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no montante de R$ 42.512 refere-se a provisão dos valores apurados através dos balancetes de suspensão ou redução. Desse montante, R$ 23.038 foi recolhido em forma de antecipação por estimativa e está registrado no ativo circulante conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. **Não Circulante:** Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no montante de R$ 128.049 refere-se a tributos "suspensos" relativos aos exercícios de 2021; 2022 e 2023, em função de liminar concedida através de mandado de segurança impetrado, a qual, concede segurança à Companhia para aproveitamento de benefícios fiscais de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos. Em 25/06/2024, a Companhia optou por transacionar o débito acima descrito cujo valor atualizado nesta data era de R$ 168.195, através de requerimento de "Adesão à Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica". A transação foi deferida aplicando-se os descontos previstos no artigo 13 da Lei 14.789/2023 e no item 3.1 do Edital nº 04/2024, resultando no pagamento em parcela única de R$ 33.639 efetuado em 27/06/2024 e contabilização de reversão no montante de R$ 134.556 sendo, R$ 32.117 em contrapartida de despesas financeiras (juros e multa de mora) e R$ 102.439 em contrapartida de despesas de imposto de renda e contribuição social corrente. **23. Patrimônio líquido a. Capital social** Em 31/03/2025 e 2024, o capital social está dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 26/03/2025, mediante 35ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 260.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 1.020.000. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (nota explicativa nº 15 (a)), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Do montante de dividendos propostos do exercício anterior, R$ 89.897 foram pagos em 10/07/2024, e a diferença de R$ 64.570 foi revertida e incorporada para a conta de Lucros Retidos conforme aprovação através da 30ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO") de 25/07/2024. Em 02/05/2024, mediante 32ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 160.000, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos". Em 06 de janeiro de 2025, m

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: Passivos financeiros em moeda estrangeira; Ativos financeiros em moeda estrangeira; e Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio. ***27.2.3 Análise de sensibilidade - Risco de commodities***

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Instrumentos derivativos:							
Açúcar:							
Posição Comprada	528.742	52.874	(52.874)	132.186	(132.186)	264.371	(264.371)
Posição Vendida	1.119.171	(111.917)	111.917	(279.793)	279.793	(559.586)	559.586
Soja:							
Posição Comprada	236	(24)	24	(59)	59	(118)	118
Impacto no resultado operacional		**(59.067)**	**59.067**	**(147.666)**	**147.666**	**(295.333)**	**295.333**

Foram incluídos na análise o valor de referência (nocional) dos instrumentos derivativos das commodities contratadas. A tabela acima mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional da Companhia para as possíveis variações dos preços das commodities contratadas. A análise baseia-se: Tela dos contratos de açúcar NY (ICE Futures US); Tela dos contratos de açúcar LN (ICE Futures Europe); Os contratos futuros e de opções de preços das *commodities* contratadas foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. *Gerenciamento de risco financeiro* Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; e Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. *Estrutura de gerenciamento de risco* **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados de contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	9	468.107	982.054
Aplicações financeiras	9.a	3.051	7.601
Contas a receber de clientes	10	203.599	224.399
Adiantamentos a fornecedores	11	50.434	52.690
Instrumentos financeiros	27	64.392	39.700
Depósitos judiciais	21	6.463	6.670
Outras contas a receber		14.086	15.428
		810.132	**1.328.542**

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

						2025
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	468.107	468.107	-	-	-	-
Aplicações financeiras	3.051	3.051	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	64.392	64.392	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	203.599	203.599	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	50.434	19.549	19.549	4.717	6.619	-
Depósitos judiciais	6.463	-	-	-	6.463	-
Outras contas a receber	14.086	14.086	-	-	-	-
	810.132	**772.784**	**19.549**	**4.717**	**13.082**	**-**
Passivos						
Fornecedores	76.387	76.387	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	326.273	25.862	12.174	36.637	251.600	-
Dividendos Propostos	169.036	169.036	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	874.927	135.038	135.037	202.974	329.469	72.409
Instrumentos financeiros	20.202	20.202	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.954	1.954	-	-	-	-
	1.468.779	**428.479**	**147.211**	**239.611**	**581.069**	**72.409**

						2024
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	982.054	982.054	-	-	-	-
Aplicações financeiras	7.601	7.601	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	39.700	39.700	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	224.399	224.399	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	52.690	20.421	20.421	3.048	8.800	-
Depósitos judiciais	6.670	-	-	-	6.670	-
Outras contas a receber	15.428	15.428	-	-	-	-
	1.328.542	**1.289.603**	**20.421**	**3.048**	**15.470**	**-**
Passivos						
Fornecedores	117.950	117.950	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	422.286	86.225	69.680	129.888	136.493	-
Dividendos Propostos	194.467	194.467	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	801.357	115.403	115.402	182.331	307.515	80.706
Instrumentos financeiros	8.023	8.023	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.833	1.833	-	-	-	-
	1.545.916	**523.901**	**185.082**	**312.219**	**444.008**	**80.706**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. ***Risco de taxas de câmbio*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a exposição ao risco de taxas de câmbio geradas pelos passivos em moeda estrangeira. ***Risco de taxas de juros*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais. ***Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos*** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. *Instrumentos financeiros* Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	468.107	982.054
Aplicações financeiras	9.a	3.051	7.601
Contas a receber de clientes	10	203.599	224.399
Adiantamentos a fornecedores	11	50.434	52.690
Depósitos judiciais	21	6.463	6.670
Outras contas a receber		14.086	15.428
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	64.392	39.700
Total		**810.132**	**1.328.542**

	Nota	2025	2024
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	18	76.387	117.950
Empréstimos e financiamentos	19	326.273	422.286
Parceria agrícola a pagar	17	874.927	801.357
Dividendos propostos	23.d	169.036	194.467
Outras contas a pagar		1.954	1.833
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	20.202	8.023
Total		**1.468.779**	**1.545.916**

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2025	2024
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota explicativa nº 19)	326.273	422.286
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(468.107)	(982.054)
Menos: aplicações financeiras (Nota 9.a)	(3.051)	(7.601)
Dívida líquida	**(144.885)**	**(567.369)**
Total do patrimônio líquido	**2.422.461**	**2.183.618**
Total do capital	**2.277.576**	**1.616.249**
Índice de alavancagem financeira - %	**(6)**	**(35)**

Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. ***Hierarquia de valor justo*** A nota explicativa nº 5.c fornece um resumo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. ***Apuração do valor justo*** **Nível 1** - São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. **Nível 2** - São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas junto a instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelo método de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da B3. Nível 3 - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

	2025			2024		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	64.392	-	-	39.700	-
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	20.202	-	-	8.023	-

Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e de flutuações nos preços de mercado de seus produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela B3. **28. Lucro líquido básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico em 31/03/2025 e 2024, respectivamente.

Básico e diluído	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	543.309	649.830
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	15.384	15.384
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**35,32**	**42,24**

Para os exercícios findos em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **29. Compromissos** Em 31/03/2025, a Companhia possui contratos com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 11.977 mil toneladas de cana-de-açúcar (11.686 mil em 31/03/2024), sendo 3.499 mil toneladas de cana-de-açúcar na próxima safra, 8.478 mil toneladas de cana-de-açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA- SP. Adicionalmente, a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 120.000 toneladas de açúcar cristal branco (220.250 toneladas de açúcar cristal branco em 31/03/2024). Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra, com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 300.000 toneladas de açúcar cristal branco (209.080 toneladas em 31/03/2024). Em 31/03/2025 não existe compromisso firmado com clientes para o fornecimento de etanol. **30. Cobertura de seguros** A Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/03/2025, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	580.000
Veículos	Danos materiais, pessoais e casco	4.300

31. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa a. Venda de imobilizado

	2025	2024
Valor contábil líquido (Nota explicativa nº 15 e 16)	4.185	6.143
Lucro da alienação de imobilizado (Nota explicativa nº 25)	1.754	9.082
Valores recebidos na alienação de imobilizado	5.939	15.225

b. Reconciliação da dívida

	Empréstimos bancários		
	Circulante	**Não circulante**	**Total da dívida**
Total em 31 de março de 2023	**104.150**	**437.350**	**541.500**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(29.605)	-	(29.605)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(110.477)	-	(110.477)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	(1.854)	(6.988)	(8.842)
Transferências para o circulante	163.981	(163.981)	-
Juros e encargos	29.710	-	29.710
Total em 31 de março de 2024	**155.905**	**266.381**	**422.286**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(26.888)	-	(26.888)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(294.784)	-	(294.784)
Financiamentos diversos	-	155.437	155.437
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	23.017	24.706	47.723
Transferências para o circulante	158.287	(158.287)	-
Juros e encargos	22.499	-	22.499
Total em 31 de março de 2025	**38.036**	**288.237**	**326.273**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool** São Joaquim da Barra – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 04 de julho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP295291/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/07/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 04 de julho de 2025

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.498.294	1.365.096
Contas a receber de clientes	9	252.443	206.502
Estoques	10	348.922	442.894
Ativos biológicos	13	581.213	547.277
Impostos a recuperar	12	44.786	68.131
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.332	49.650
Outras contas a receber		16.472	27.856
Total do ativo circulante		**2.748.462**	**2.707.406**
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	28.339	18.833
Depósitos judiciais e depósito em caução	18.a	128.286	118.234
Ativos biológicos	13	-	55.369
Outros Investimentos		896	896
		157.521	**193.332**
Imobilizado	14	2.523.220	2.296.649
Intangível		4.376	3.454
Direito de uso	17	1.883.565	1.947.293
Total do ativo não circulante		**4.568.682**	**4.440.728**
Total do ativo		**7.317.144**	**7.148.134**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	16	92.492	141.212
Empréstimos e financiamentos	15	295.994	291.897
Parceria agrícola a pagar	17	372.727	366.791
Arrendamentos a pagar	17	33.328	32.436
Salários e encargos sociais		85.476	80.451
Tributos a recolher		16.001	9.598
Imposto de renda e contribuição Social a pagar	19	20.126	53.835
Dividendos propostos a pagar	20.d	308.753	262.625
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	7.942
Total do passivo circulante		**1.224.897**	**1.246.787**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	282.647	504.133
Parceria agrícola a pagar	17	1.226.229	1.278.906
Arrendamentos a pagar	17	152.227	181.195
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	465.403	482.962
Imposto de renda e Contribuição Social a pagar	19	-	147.764
Provisão para contingências	18	15.029	15.410
Total do passivo não circulante		**2.141.535**	**2.610.370**
Total do passivo		**3.366.432**	**3.857.157**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		1.650.000	1.200.000
Ajuste de avaliação patrimonial		13.298	14.970
Reservas de lucros		2.287.414	2.076.007
Total do patrimônio líquido		**3.950.712**	**3.290.977**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**7.317.144**	**7.148.134**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	**21**	**3.997.782**	**3.764.008**
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(67.896)	(222.567)
Custos dos produtos vendidos	22	(2.212.178)	(2.137.928)
Lucro bruto		**1.717.708**	**1.403.513**
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(205.589)	(225.457)
Gerais e administrativas	22	(105.752)	(93.696)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	62.292	62.590
		(249.049)	(256.563)
Lucro antes do resultado financeiro		**1.468.659**	**1.146.950**
Despesas financeiras	23	(98.465)	(95.292)
Receitas financeiras	23	175.701	144.560
Derivativos	23	(117.570)	55.437
Variações cambiais, líquidas	23	(58.463)	20.442
Resultado financeiro		**(98.797)**	**125.147**
Lucro antes dos impostos		**1.369.862**	**1.272.097**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(340.042)	(404.476)
Diferido	19	17.560	(14.462)
Lucro líquido do exercício		**1.047.380**	**853.159**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)	25	34,62	28,20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		1.047.380	853.159
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		406.708	374.813
Valor residual das baixas do ativo imobilizado		10.669	21.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(17.560)	14.462
Despesa com imposto de renda e contribuição social	19	340.042	404.476
Resultado não realizado com instrumentos financeiros		(4.390)	(38.639)
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos		89	23
Provisão (reversão da provisão) para contingências, líquidas		(381)	77
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		124.691	47.346
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos		354	(13.592)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	13	598.734	612.206
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	67.896	222.567
Depreciação do direito de uso	17	393.245	366.153
Ajuste a valor presente	17	22.064	17.829
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(46.030)	(87.084)
Estoques		93.972	(73.530)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		13.010	14.841
Depósitos judiciais e depósito em caução		(827)	10.055
Outras contas a receber e instrumentos financeiros		54.702	18.423
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(49.827)	56.298
Salários e encargos sociais		5.025	5.609
Tributos a recolher		6.403	4.241
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(107.345)	(23.002)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros		(3.552)	3.268
		2.955.072	2.811.181
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(422.920)	(283.101)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	29	(54.708)	(68.260)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.477.444**	**2.459.820**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação de recursos em ativo biológico	13	(645.196)	(598.733)
Aplicação de recursos em imobilizado	14	(643.439)	(699.010)
Aplicação de recursos em intangível		(1.431)	(149)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.290.066)**	**(1.297.892)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		-	98.579
Amortização de parceria e arrendamentos agrícolas	17	(425.293)	(474.656)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	29	(287.370)	(213.677)
Dividendos pagos	11.e	(341.517)	(310.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.054.180)**	**(899.754)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**133.198**	**262.174**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.365.096**	**1.102.922**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.498.294**	**1.365.096**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2023		**1.000.000**	**16.946**	**187.026**	**1.500.487**	**-**	**2.704.459**
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	200.000	-	-	(200.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	205.984	-	205.984
Dividendos distribuidos	20.d	-	-	-	(270.000)	-	(270.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(1.976)	-	1.976	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	853.159	853.159
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	42.658	-	(42.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(202.625)	(202.625)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	607.876	(607.876)	-
Em 31 de março de 2024		**1.200.000**	**14.970**	**229.684**	**1.846.323**	**-**	**3.290.977**
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	450.000	-	-	(450.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	81.108	-	81.108
Dividendos distribuidos	20.d	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(1.672)	-	1.672	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.047.380	1.047.380
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	52.369	-	(52.369)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(248.753)	(248.753)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	746.258	(746.258)	-
Em 31 de março de 2025		**1.650.000**	**13.298**	**282.053**	**2.005.361**	**-**	**3.950.712**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.047.380	853.159
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**1.047.380**	**853.159**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente/SP, Colorado/PR, Santo Inácio/PR e Florestópolis/PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 04/07/2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como ativos biológicos e instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) os quais são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e arrendamento e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingências. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 13** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 14** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria e Arrendamento agrícola a pagar, taxa de desconto; e **Nota explicativa nº 19** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. ***(iv) Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(v) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26)** A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/04/2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31/03/2024. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado *(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (leasing)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***(i) Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze, de dezoito meses e de dois verões. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 13. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **h. Instrumentos financeiros *(i) Ativos financeiros*** Os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2025 e 2024, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. *b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 24. ***(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros*** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); refer

Saldo a custo	645.150
Saldo do ajuste a valor justo	(63.937)
Saldo contábil líquido	**581.213**
Circulante	**(581.213)**
Não circulante	**-**

Análise de sensibilidade do valor justo A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 65.432. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 57.016. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico.

14. Ativo Imobilizado

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	**9.854**	**307.830**	**1.207.832**	**1.804.124**	**286.203**	**391.698**	**32.568**	**-**	**1.566**	**4.041.675**
Aquisições	6.806	5.975	122.884	364.213	126.308	58.355	4.921	9.322	226	699.010
Baixas	-	-	(13.472)	(245.944)	(35.964)	(25.947)	(697)	-	(167)	(322.191)
Em 31 de março de 2024	**16.660**	**313.805**	**1.317.244**	**1.922.393**	**376.547**	**424.106**	**36.792**	**9.322**	**1.625**	**4.418.494**
Aquisições	-	6.755	94.133	355.925	22.557	18.442	3.227	142.092	308	643.439
Baixas	(6.806)	(105)	(2.591)	(210.843)	(7.023)	(11.577)	(1.309)	-	(204)	(240.458)
Transferências	-	729	(912)	-	112	25	63	(17)	-	-
Em 31 de março de 2025	**9.854**	**321.184**	**1.407.874**	**2.067.475**	**392.193**	**430.996**	**38.773**	**151.397**	**1.729**	**4.821.475**

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	**-**	**(96.151)**	**(716.447)**	**(758.068)**	**(218.289)**	**(234.344)**	**(25.023)**	**-**	**(245)**	**(2.048.567)**
Adições	-	(7.270)	(44.216)	(274.463)	(14.430)	(31.440)	(2.356)	-	(112)	(374.287)
Baixas	-	-	13.303	245.944	18.014	23.092	656	-	-	301.009
Em 31 de março de 2024	**-**	**(103.421)**	**(747.360)**	**(786.587)**	**(214.705)**	**(242.692)**	**(26.723)**	**-**	**(357)**	**(2.121.845)**
Adições	-	(7.463)	(49.809)	(294.389)	(17.943)	(33.738)	(2.748)	-	(109)	(406.199)
Baixas	-	23	2.515	210.843	3.751	11.387	1.270	-	-	229.789
Transferências	-	(8)	151	-	(136)	(1)	(6)	-	-	-
Em 31 de março de 2025	**-**	**(110.869)**	**(794.503)**	**(870.133)**	**(229.033)**	**(265.044)**	**(28.207)**	**-**	**(466)**	**(2.298.255)**
Saldo líquido em 31 de março de 2024	**16.660**	**210.384**	**569.884**	**1.135.806**	**161.842**	**181.414**	**10.069**	**9.322**	**1.268**	**2.296.649**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**9.854**	**210.315**	**613.371**	**1.197.342**	**163.160**	**165.952**	**10.566**	**151.397**	**1.263**	**2.523.220**
Taxas médias anuais de depreciação		**de 1% a 7%**	**de 1% à 20%**	**20%**	**de 4% à 20%**	**de 2% à 20%**	**de 1% à 40%**			

a. Reavaliações Proveniente de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2025, montam a R$ 2.660 (R$ 3.121 em 31/03/2024). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2025, é de R$ 8.730 (R$ 9.718 em 31/03/2024) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31/03/2025, aproximadamente R$ 9.069 de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **e. Imobilizações em andamento** Refere-se a montagem de equipamentos industriais que entrarão em atividade na safra 2025/2026 e foram adquiridos com recursos próprios. **15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2025	2024
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
. FINAME	juros médios de 3,94% ao ano (2024 - juros médios de 4,58%)	junho-30	8.180	14.286
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
. Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 7,13%, inclusa a variação da Sofr (2024 - juros médios de 8,00%, inclusa a variação da Sofr)	outubro-26	228.880	311.884
. Pré-pagamentos.	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 2,70% (2025 e 2024)	outubro-26	82.037	107.061
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juro fixo de 4,05% ao ano (2025 e 2024)	agosto-26	130.969	170.931
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
. CPR - Cédula de Produto Rural Financeira.	CDI + juros médios de 0,90% ao ano (2025 e 2024)	novembro-26	127.796	190.332
. Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Fixo em real e juro anual de 3,00% ao ano (2025 e 2024)	outubro-25	779	1.536
			578.641	**796.030**
Passivo circulante			**295.994**	**291.897**
Passivo não circulante			**282.647**	**504.133**
Total em moeda nacional			**136.755**	**206.154**
Total em moeda estrangeira			**441.886**	**589.876**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2025	2024
2026		250.443
2027	277.500	248.659
2028 à 2031	5.147	5.031
	282.647	504.133

Os financiamentos estão garantidos por avais de acionistas e alienação fiduciária dos bens, cujos montantes estão divulgados na nota explicativa nº 14. A avaliação de sensibilidade consta na nota explicativa nº 24.2. A movimentação da reconciliação da dívida está apresentada na nota explicativa nº 29. *Covenants* A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas, vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros tais como razão da dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 4 e liquidez corrente maior ou igual a 1,20, as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais. **16. Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de materiais e serviços.

	2025	2024
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	86.890	137.411
Fornecedores de cana	5.602	3.801
	92.492	141.212

17. Direito de uso, parceria a pagar e arrendamentos a pagar A movimentação do direito de uso encontra-se descrita a seguir:

Direito de uso	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Saldo de adiantamentos	Total
31 de março de 2023	**1.484.045**	**180.801**	**109.960**	**1.774.806**
Compensação de adiantamentos	-	-	(100.070)	(100.070)
Novos contratos/ atualização contratual	262.779	-	-	262.779
Remensuração anual	258.220	13.137	-	271.357
Adiantamentos efetuados	-	-	104.574	104.574
Depreciação	(357.895)	(8.258)	-	(366.153)
31 de março de 2024	**1.647.149**	**185.680**	**114.464**	**1.947.293**
Compensação de adiantamentos	-	-	(98.790)	(98.790)
Novos contratos/ atualização contratual	297.749	-	-	297.749
Remensuração anual	10.443	(9.008)	-	1.435
Adiantamentos efetuados	-	-	129.122	129.122
Depreciação	(378.007)	(15.238)	-	(393.245)
31 de março de 2025	**1.577.334**	**161.434**	**144.796**	**1.883.564**
Vida útil (anos)	1 a 12	15		

A movimentação de parceria agrícola e arrendamentos agrícola a pagar encontra-se descrita a seguir:

Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Em 31 de março de 2023	**2.299.117**	**(620.180)**	**1.678.937**
Novos contratos/atualização contratual	561.132	(199.785)	361.347
Remensuração anual	207.545	68.326	275.871
Pagamentos efetuados	(474.656)	-	(474.656)
Apropriação de encargos financeiros	-	17.829	17.829
Em 31 de março de 2024	**2.593.138**	**(733.810)**	**1.859.328**
Novos contratos/atualização contratual	548.144	(250.395)	297.749
Remensuração anual	(151.177)	181.839	30.662
Pagamentos efetuados	(425.293)	-	(425.293)
Apropriação de encargos financeiros	-	22.064	22.064
Em 31 de março de 2025	**2.564.812**	**(780.302)**	**1.784.510**
Passivo circulante			406.054
Passivo não circulante			1.378.456
			1.784.510

Composição do saldo de longo prazo por exercício:	
De 01/04/2026 a 31/03/2027	349.138
De 01/04/2027 a 31/03/2028	276.712
De 01/04/2028 a 31/03/2029	222.729
De 01/04/2029 a 31/03/2030	162.850
De 01/04/2030 a 31/03/2031	119.446
De 01/04/2031 a 31/03/2032	85.899
De 01/04/2032 a 31/03/2033	60.047
De 01/04/2033 a 31/03/2034	39.598
A partir de 01/04/2034	62.038
	1.378.456

Vigência dos contratos	Taxa Incremental
2 anos	11,4%
3 anos	12,6%
4 anos	13,3%
5 anos	13,8%
6 anos	14,4%
7 anos	14,7%
8 anos	14,9%
9 anos	15,0%
10 anos	15,0%
11 e 12 anos	15,0%

No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2025, o valor de R$ 84.287 (R$ 75.314 em 31/03/2024) referente a contratos com as partes relacionadas, Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A.. **18. Provisão para contingências** A administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2025	2024
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	17.789	17.789
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	629	629
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	573	547
Contingências trabalhistas	20.439	21.616
(-) Depósitos judiciais	(24.401)	(25.171)
	15.029	15.410

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: i. INSS relacionado, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores rurícolas em períodos diversos. ii. INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias (2,7%) e pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. iii. Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 31 de março de 2023	**15.333**
Adições de contingências	2.205
Baixas de contingências	(164)
Ajuste depósito judicial	(1.982)
Juros e multas	18
Em 31 de março de 2024	**15.410**
Baixas de contingências	(381)
Em 31 de março de 2025	**15.029**

a. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante.

	2025	2024
Trabalhistas	13.768	16.427
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	7.714	7.714
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.011	2.884
Depreciação acelerada incentivada	61.219	56.571
Pis/Cofins	10.591	9.866
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar	31.846	24.318
Outros	137	454
	128.286	118.234

b. Contingências A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas como segue:

	2025	2024
Cível	14.662	4.082
Trabalhista	44.517	47.935
Tributário		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	15.960	12.826
Depreciação acelerada incentivada	87.069	78.350
Pis/Cofins	10.591	9.690
Outros	7.718	5.942
	180.517	158.825

As provisões para contingências constituída pela Companhia foram avaliada pela administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **19. Imposto de renda e contribuição social** a) Composição dos tributos diferidos

	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024	Movimentação no resultado do exercício	2023
Créditos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Adições temporárias	7.456	(80)	7.536	616	6.920
	7.456	**(80)**	**7.536**	**616**	**6.920**
Contribuição social sobre:					
. Adições temporárias	1.960	(29)	1.989	222	1.767
	1.960	**(29)**	**1.989**	**222**	**1.767**
Total dos débitos tributários ativos	**9.416**	**(109)**	**9.525**	**838**	**8.687**
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Exclusões temporárias	17.220	(9.141)	26.361	13.924	12.437
. Ajuste de avaliação patrimonial	6.419	(726)	7.145	(843)	7.988
. Depreciação acelerada incentivada (i)	332.466	29.806	302.660	48.473	254.187
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	9.022	(15.957)	24.979	5.338	19.641
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	(15.996)	(16.974)	978	(55.642)	56.620
	349.131	**(12.992)**	**362.123**	**11.250**	**350.873**
Contribuição social sobre:					
. Exclusões temporárias	6.199	(3.291)	9.490	5.013	4.477
. Ajuste de avaliação patrimonial	2.311	(261)	2.572	(304)	2.876
. Depreciação acelerada incentivada (i)	119.688	10.731	108.957	17.450	91.507
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	3.248	(5.745)	8.993	1.922	7.071
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	(5.758)	(6.110)	352	(20.031)	20.383
	125.688	**(4.676)**	**130.364**	**4.050**	**126.314**
Total dos débitos tributários passivos	**474.819**	**(17.668)**	**492.487**	**15.300**	**477.187**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante	**465.403**	**(17.559)**	**482.962**	**14.462**	**468.500**

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no próprio ano, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	1.369.862	1.369.862	1.272.097	1.272.097
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(342.466)	**(123.288)**	**(318.024)**	**(114.489)**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Descontos adesão				
Transação Especial	95.671	34.441	-	-
Incentivos Fiscais - PAT	8.073	-	7.092	-
Cbios	2.550	2.295	3.386	3.048
Adições/exclusões permanentes líquidas	276	(33)	66	(15)
Tributos no resultado do exercício	(235.897)	(86.585)	(307.480)	(111.456)
Alíquota efetiva	-17,2%	-6,3%	-24,2%	-8,8%
Efeito corrente	(248.809)	(91.232)	(296.848)	(107.628)
Efeito diferido	12.912	4.647	(10.632)	(3.828)

c) Composição dos saldos de tributos a pagar **Circulante:** Em 31/03/2025, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar monta em R$ 20.126 e refere-se a diferença a recolher entre os valores apurados através dos balancetes de redução e os valores pagos por estimativa mensal sobre a receita bruta (R$ 53.835 em 31/03/2024). **Não Circulante:** Em 31/03/2024, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no montante de R$ 147.764 refere-se a tributos "suspensos" relativos aos exercícios de 2022 e 2023, em função de liminar concedida através de mandado de segurança e que concede segurança à Companhia para aproveitamento de benefícios fiscais de ICMS na base de cálculo dos referidos tributos. Em 25/06/2024, a Companhia optou por transacionar o débito acima descrito cujo valor atualizado nesta data era de R$ 191.514, através de requerimento de "Adesão à Transação no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica". A transação foi deferida aplicando-se os descontos previstos no artigo 13 da Lei 14.789/2023 e no item 3.1 do Edital nº 04/2024, resultando no pagamento em parcela única de R$ 38.303 efetuado em 27/06/2024 e contabilização de reversão no montante de R$ 153.211, sendo, R$ 35.000 em contrapartida de despesas financeiras (juros e multa de mora) e R$ 118.211 em contrapartida de despesas de imposto de renda e contribuição social corrente. **20. Patrimônio líquido a. Capital social** O capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31/03/2025 e 2024). Em 18/03/2024, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 200.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 1.200.000. Em 24/03/2025, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 450.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 1.650.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (nota explicativa nº 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 20/09/2023, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 36, distribuição de dividendos no valor de R$ 150.000. Em 08/01/2024, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 37, distribuição de dividendos no valor de R$ 120.000. Em 26/07/2024, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 29, reversão de dividendos propostos no valor de R$ 81.108 e distribuição de R$ 121.517. Em 07/01/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 39, distribuição de dividendos no valor de R$ 120.000. Em 13/03/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 40, distribuição de dividendos no valor de R$ 100.000. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**1.047.380**	**853.159**
Base para destinações	1.047.380	853.159
(-) Constituição da reserva legal	(52.369)	(42.658)
Base elegível de distribuição de dividendos	**995.011**	**810.501**
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	**248.753**	**202.625**

O saldo de dividendos a pagar em 31/03/2025 é de R$ 308.753 (R$ 262.625 em 31/03/2024). **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **21. Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de Vendas	2025	2024
Açúcar mercado externo	1.993.637	1.828.250
Açúcar mercado interno	1.433.866	1.298.727
Etanol mercado externo	-	23.819
Etanol mercado interno	747.560	784.885
Energia elétrica	85.394	74.463
Outros	16.341	14.913
Receita bruta	**4.276.798**	**4.025.057**
Impostos	(269.426)	(253.583)
Devolução de vendas	(9.590)	(7.466)
Receita líquida	**3.997.782**	**3.764.008**

22. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Materia prima e insumos	(1.257.417)	(1.240.927)
Salários, encargos e benefícios	(455.107)	(438.568)
Depreciação e amortização	(405.125)	(373.347)
Despesas com prestadores de serviços	(239.400)	(233.378)
Outras despesas líquidas	(104.178)	(108.271)
	(2.461.227)	**(2.394.491)**
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	(2.212.178)	(2.137.928)
Com vendas	(205.589)	(225.457)
Gerais e administrativas	(105.752)	(93.696)
Outras receitas operacionais	62.292	62.590
	(2.461.227)	**(2.394.491)**

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Crédito de Pis/Cofins (i)	33.281	-
Crédito de Pis/Cofins - Reintegra	1.808	1.559
Crédito de Cbio's (ii)	25.498	33.862
Resultado na venda de ativo imobilizado	8.105	32.131
Baixa de provisão de contingências trabalhistas	1.177	-
	69.869	**67.552**
Provisão de contingências trabalhistas	-	(2.205)
Outros créditos/débitos, líquidos	(7.577)	(2.757)
	(7.577)	**(4.962)**
	62.292	**62.590**

i. Refere-se a créditos extemporâneos de Pis e Cofins. ii. Receita de créditos de descarbonização (Cbios). **23. Resultado financeiro**

Despesas financeiras:	2025	2024
Juros sobre financiamentos	(45.874)	(65.025)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(14.038)	(2.002)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(38.553)	(28.265)
Total das despesas financeiras	**(98.465)**	**(95.292)**
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	160.173	130.028
Outras receitas financeiras	15.528	14.532
Total das receitas financeiras	**175.701**	**144.560**
Derivativos:		
Ganho nas operações com derivativos	253.278	524.250
Perdas em operações com derivativos	(370.848)	(468.813)
Derivativos líquidos	**(117.570)**	**55.437**
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	360.325	421.052
Variação cambial passiva	(418.788)	(400.610)
Variações cambiais, líquidas	**(58.463)**	**20.442**
Total do resultado financeiro	**(98.797)**	**125.147**

24. Instrumentos financeiros 24.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos em moeda estrangeira, ou para precificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("*fair value*") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Ao considerar o prazo e as características desses instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. ***a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme nota explicativa nº 15, e representam o valor de realização em 31/03/2025. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. ***c. Derivativos*** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "*swap*" e registrou, em 31/03/2025, perda de R$ 741 (ganho de R$ 2.828 em 31/03/2024), registrada no resultado financeiro. Em 31/03/2025 e 2024, a Companhia possuía contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

					2025
	Montante em mil US$	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/ R$/US$	Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2025 a fevereiro de 2027	244.126	1.498.379	1.408.152	1.401.820	6.332
					2024
	Montante em mil US$	**Valor de referência (nocional)**	**Ajuste a valor presente**	**Valor ajustado p/ R$/US$**	**Ganho / Perda**
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2024 a fevereiro de 2025	210.407	1.124.966	1.100.885	1.051.235	49.650

Em 31/03/2024 a Companhia possuía contratos de opção de dólar ainda não encerrados como segue:

		Contratos em 31/03/2024	
	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acum. receber /pagar
Posição vendida: Venda com vencimento em julho de 2024 a fevereiro de 2025	212.354	220.296	(7.942)

24.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com taxa de juros, variação cambial e volatilidade de preços do açúcar no mercado internacional de "*commodities*", inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; e (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros de variação cambial, em 31/03/2025 a Companhia possuía na modalidade de NDF um montante de US$ 244.126 mil na posição vendida (US$ 210.407 mil na posição vendida em 31/03/2024). As análises sobre estas posições estão demonstradas na nota explicativa nº 24.c. ***24.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juro no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	441.886	(1.009)	1.009	(2.523)	2.523	(5.047)	5.047
Aplicações financeiras com taxa de juros fl

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto , 04 de julho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP295291/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/07/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1AF9-578B-CABB-64DC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1AF9-578B-CABB-64DC ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1AF9-578B-CABB-64DC

Hash do Documento

6F90CD8C62B92A0674C7CFBFA26CE3BADA47EA2916F3AB985B25066746A7D1D9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/07/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 18/07/2025 11:43 UTC-03:00

  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24